

**Sara Peixoto**

**Impacto das Atividades Culturais e Desportivas na  
Gestão da Emergência: O Caso do Concelho de  
Lousada**

**Sara Peixoto**

**Impacto das Atividades Culturais e Desportivas na  
Gestão da Emergência: O Caso do Concelho de  
Lousada**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Emergência e Socorro, realizada sob a orientação científica do Professor, Mestre Pedro Barreirinha, do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração da Universidade de Aveiro.



## **o júri**

presidente

Presidente - Professora Doutora Carla Rodrigues, Professora  
Coordenadora do ISCIA

Arguente - Mestre Ana Paula Ramos, Coordenadora Municipal de  
Proteção Civil da Câmara Municipal da Mealhada

Orientador - Professor Mestre Pedro Barreirinha, Professor  
Adjunto do ISCIA

## **Agradecimentos**

Agradecer, em primeiro lugar, à minha família, pois sem a ajuda dos meus pais, que me deram e dão todo o suporte familiar para que fosse possível desafiar-me a mim mesma.

À minha irmã, por nunca me ter deixado desistir, por me ensinar a ser resiliente e a lutar pela área em que realmente me sinto realizada.

A todos os amigos que me apoiaram e me aturaram nesta longa jornada que não foi fácil.

Aos meus elementos de Comando e Direção, pela flexibilidade e ajuda na recolha de alguns dados internos.

Aos bombeiros velhos de Aveiro, pelo alojamento e simpatia com que sempre me receberam e por isso, muito obrigada.

Ao meu orientador, o professor Pedro Barreirinha, pela sua simpatia, apoio, conselhos, correções, disponibilidade e partilha de conhecimento.

Um agradecimento especial a todos os docentes do ISCIA, pela dedicação e pela partilha de conhecimento, pois levo comigo uma bagagem muito mais recheada, longe de saber tudo, mas com a certeza de que fiquei muito mais rica a nível de conhecimentos.

Sem esquecer a Escola Nacional de Bombeiros, foram semanas duras nem sempre fáceis, mas sem dúvida alguma que foi uma experiência única e que guardo para a vida: saber para servir.

**palavras-chave**

Gestão; Emergência; Socorro; Prevenção; Atividades Culturais e Desportivas.

**Resumo**

A gestão de emergência assume-se como uma área crucial, na medida em que abrange a coordenação e a integração da totalidade de atividades necessárias para criar, manter e melhorar a capacidade de minimizar, organizar, responder e recuperar de situações de emergência. Atualmente, e dada a realização, cada vez mais frequente e significativa, de atividades culturais e desportivas de grandes dimensões, a área da gestão de emergência vê-se confrontada com mais e maiores desafios. Desta forma, o estudo decorreu em Lousada e o seu principal objetivo é caracterizar as medidas de socorro efetivo da população lousadense, durante as atividades culturais e desportivas, identificar lacunas e necessidades ao nível do socorro desta população aquando da realização de atividades culturais e desportivas; e identificar e criar soluções para garantir uma total proteção e segurança da população lousadense, bem como dos seus bombeiros, no decorrer de atividades culturais e desportivas realizadas no concelho. Esta investigação inscreve-se no paradigma qualitativo, contando com a participação de vários agentes da proteção civil, bombeiros, comandantes, polícias municipais, vereador da cultura, educação e proteção civil. Os resultados demonstram que ainda existem muitas lacunas e necessidades ao nível da resposta a emergências e situações de socorro, contudo, as condições, os requisitos e os meios disponíveis, estão dentro daquilo que são considerados os parâmetros de razoabilidade. Conclui-se que, apesar da corporação conseguir responder a emergências e situações de socorro em atividades culturais e desportivas, ainda existe um longo caminho a percorrer.

**keywords**

Mangement; Emergency; Rescue; Prevention; Cultural and Sporting Activities.

**abstract**

Emergency management is a crucial area in that it encompasses the coordination and integration of all the activities needed to create, maintain and improve the capacity to minimize, organize, respond to and recover from emergency situations. Nowadays, with large-scale cultural and sporting activities taking place on an increasingly frequent and significant scale, the area of emergency management is facing more and greater challenges. Thus, the study took place in Lousada and its main objective is to characterize the effective rescue measures of the Lousadense population during cultural and sporting activities, to identify gaps and needs in terms of the rescue of this population when cultural and sports activities take place; and to identify and create solutions to ensure the total protection and safety of the Lousadense population, as well as its firefighters, during cultural and sporting activities held in the municipality. This research is part of the qualitative paradigm, with the participation of various civil protection agents: firefighters; commanders; municipal police officers, the councillor for culture, education and civil protection. The results show that there are still many gaps and needs in the response to emergencies and rescue situations, but that the conditions, requirements and means available are within what are considered reasonable parameters. The conclusion is that, although the corporation is able to respond to emergencies and rescue situations in cultural and sporting activities, there is still a long way to go.

## Índice Geral

Índice Geral.....	VII
Índice de Figuras.....	IX
Índice de Gráficos .....	X
Índice de Tabelas.....	XI
Lista de Siglas e de Acrónimos .....	XII
Capítulo 1 – Introdução .....	13
1.1. Enquadramento .....	13
1.2. Justificação e Pertinência .....	14
1.3. Objetivos.....	14
1.4. Metodologia .....	15
1.5. Estrutura do Trabalho .....	15
Capítulo 2 – Enquadramento Teórico .....	17
1.6. Conceito de Emergência.....	17
1.7. Gestão da Emergência .....	22
1.7.1. <i>Princípios da Gestão da Emergência</i> .....	26
1.7.2. <i>Fases e Funções</i> .....	29
1.7.3. <i>Planos de coordenação de Proteção Civil</i> .....	32
1.7.4. <i>Plano de Emergência de Proteção Civil</i> .....	38
1.8. O Socorro em Portugal – Enquadramento Legal .....	43
1.8.1. <i>Competências e Responsabilidades da Proteção Civil</i> .....	43
1.9. Prevenção e Segurança nos Corpos de Bombeiros .....	46
Capítulo 3 – Caracterização do Concelho de Lousada .....	48
3.1. A História .....	48
3.2. População.....	50
3.3. O Corpo de Bombeiros de Lousada .....	50
Capítulo 4 – Metodologia .....	54
4.1. Objetivos e Pergunta de Investigação .....	54
4.2. Método e Tipo de Estudo.....	54
4.3. População e Amostra.....	55
4.4. Instrumentos de Recolha de Dados.....	56
4.5. Técnica de Análise de Dados .....	57
4.6. Considerações Éticas .....	57

Capítulo 5 – Resultados.....	59
5.1. Apresentação e Discussão dos Resultados.....	59
5.1.1. <i>Condições de Resposta a Emergências e Situações de Socorro</i> .....	59
5.1.2. <i>Diferenças entre as Respostas a Uma Atividade Cultural e a uma Atividade Desportiva</i> .....	63
5.1.3. <i>Frequência das Ocorrências na Realização de Atividades Culturais e de Atividades Desportivas</i> .....	69
5.1.4. <i>Medidas de Socorro Efetivo</i> .....	75
5.1.5. <i>Lacunas e Necessidades de Socorro</i> .....	82
5.1.6. <i>Soluções para Garantir a Proteção e Segurança da População e dos Bombeiros</i> .....	89
Capítulo 6 – Conclusão.....	99
Referências Bibliográficas.....	102

## Índice de Figuras

Figura 1: Imagem do rasto de um terramoto .....	18
Figura 2: Inundações do sul do Brasil em maio de 2024 .....	18
Figura 3: Desastre de Chernobyl, Ucrânia, 1986 .....	19
Figura 4: Adicente com navio petroleiro, Filipinas, 2024.....	19
Figura 5: Incêndio na zona industrial de Oliveirinha, Carregal do Sal, Portugal, 2024 .....	20
Figura 6: Despiste do vírus do Covid-19 .....	20
Figura 7: taque ao festival de música em Israel, 2023 .....	21
Figura 8: Localização do concelho de Lousada .....	48
Figura 9: Freguesias do concelho de Lousada .....	49

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Resultados referentes às condições de resposta a emergências e situações de socorro .....	63
Gráfico 2: Resultados referentes às diferenças entre as respostas a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva .....	69
Gráfico 3: Resultados referentes à frequência das ocorrências na realização de atividades culturais e de atividades desportivas .....	75
Gráfico 4: Resultados referentes às medidas de socorro efetivo .....	82
Gráfico 5: Resultados referentes às lacunas e necessidades de socorro .....	89
Gráfico 6: Resultados referentes às soluções para garantir a proteção e a segurança da população e dos bombeiros .....	95

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Plano de Coordenação Vs Plano Municipal de emergência.....	34
Tabela 2: Composição do corpo de bombeiros de Lousada .....	52
Tabela 3: Resultados referentes às condições de resposta a emergências e situações de socorro .....	59
Tabela 4: Resultados referentes às diferenças entre as respostas a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva .....	63
Tabela 5: Resultados referentes à frequência das ocorrências na realização de atividades culturais e de atividades desportivas .....	70
Tabela 6: Resultados referentes às medidas de socorro efetivo.....	75
Tabela 7: Resultados referentes às lacunas e necessidades de socorro .....	82
Tabela 8: Resultados referentes às soluções para garantir a proteção e a segurança da população e dos bombeiros .....	90
Tabela 8: Registos das prevenções .....	95

## **Lista de Siglas e de Acrónimos**

AIDR – Australian Institute Disaster Resilience  
ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil  
BVL – Bombeiros Voluntários de Lousada  
CML – Câmara Municipal de Lousada  
DSSSES – Divisão de Segurança, Saúde e Estatuto Social  
EN – European Norm  
FEMA – Federal Emergency Management Agency  
IPQ – Instituto Português da Qualidade  
ISO – International Organization for Standardization  
LBPC – Lei de Bases da Proteção Civil  
NFPA – National Fire Protection Association  
NP – Norma Portuguesa  
NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais  
OHSAS – Occupational Health and Safety Assessments Series  
PDEPC – Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil  
PEEPC – Plano Especial de Emergência de Proteção Civil  
PMEPC – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil  
PNEPC – Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil  
PREPC – Plano Regional de Emergência de Proteção Civil  
SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro  
UNISDR – United Nations International Strategy for Disaster Reduction

# Capítulo 1 – Introdução

## 1.1. Enquadramento

A gestão de emergência é uma área crucial que abrange a coordenação e as atividades necessárias para criar, manter e melhorar a capacidade de minimizar, organizar, responder e recuperar de situações de emergência, como desastres naturais e acidentes rodoviários.

Neste contexto, tem-se constatado que, face à gestão de crises, o foco tem estado voltado para as abordagens logísticas, relacionadas com as infraestruturas e com a tecnologia (por exemplo, catástrofes naturais e riscos tecnológicos). Contudo, a complexidade existente no que diz respeito às situações de emergência é cada vez maior e mais diversa. Nesta senda, tem-se assistido a um maior reconhecimento da importância dos fatores sociais na definição e implementação de estratégias de resposta de emergência eficazes.

Atualmente, dada a realização cada vez mais frequente e significativa de eventos culturais e desportivos de grandes dimensões, a área da gestão de emergência vê-se confrontada com mais e maiores desafios. As atividades culturais e desportivas desempenham um papel fulcral na realidade social das comunidades e mesmo nas suas economias locais, promovendo e proporcionando entretenimento à população, assim como a sua coesão social e resiliência, apresentando vantagens para a saúde física e mental da população. Por outro lado, estas atividades são acompanhadas de maiores desafios, riscos e exigências específicas para os serviços e profissionais que atuam em situações de emergência.

Seguindo esta linha de pensamento, é pertinente referir que, em situações de crise e de emergência, a coesão e a resiliência de uma comunidade tornam-se fundamentais. Entende-se, assim, que é da maior relevância estudar a associação entre atividades culturais e desportivas e a gestão de emergências, neste caso, no concelho de Lousada, com a finalidade de compreender como a gestão de emergências é um procedimento central para dar resposta a crises ou emergências que possam ocorrer durante a realização deste tipo de atividades.

## **1.2. Justificação e Pertinência**

Para se realizar este estudo, elegeu-se uma comunidade do norte de Portugal – o concelho de Lousada –, o qual tem atraído um grande número de pessoas, evidenciado um aumento do número e da escala das atividades culturais e desportivas realizadas. Mediante esta realidade, urge a necessidade de um plano de gestão de emergências vigoroso, consistente e com capacidade de resposta, por forma a assegurar a segurança e proteção das pessoas.

Neste sentido, considera-se que é de toda a relevância perceber quais os quadros e as estratégias existentes no plano da gestão de emergências e que consideram as atividades culturais e desportivas. No fundo, trata-se de entender como é que um plano de gestão de emergências considera dar resposta a uma crise ou a uma emergência durante a realização destas atividades culturais e desportivas e que estratégias, podem ser concebidas e implementadas para integrar as atividades culturais e desportivas em planos de gestão de emergências no futuro.

Uma prestação de socorro e uma proteção da população bem-sucedida e eficaz, implicam a existência de um plano devidamente e pormenorizadamente desenvolvido, a par de uma correta alocação de recursos e coordenação entre os diversos agentes da proteção civil. Nesta ordem de ideias, entende-se que o presente estudo contribui para melhores práticas de gestão de emergências e, concomitantemente, pode elucidar os decisores políticos e os profissionais responsáveis pela gestão de emergências relativamente à intervenção e recuperação em situações de crise e de catástrofes em matéria referente à realização de atividades culturais e desportivas.

## **1.3. Objetivos**

Todo o estudo é orientado por objetivos e neste estudo, que enfoca o concelho de Lousada, o objetivo principal é caracterizar as medidas de socorro efetivo da população lousadense, durante as atividades culturais e desportivas, cada vez mais frequentes, identificar lacunas e necessidades ao nível do socorro

desta população aquando da realização de atividades culturais e desportivas; e criar soluções para garantir uma total proteção e segurança da população lousadense, bem como dos seus bombeiros, no decorrer de atividades culturais e desportivas realizadas no concelho.

#### **1.4. Metodologia**

A metodologia adotada é de cariz qualitativo, tratando-se de um estudo de caso, em que o caso corresponde ao corpo de bombeiros do concelho de Lousada. A amostra do estudo é composta por 16 agentes de proteção civil do concelho de Lousada, sendo que dois participantes são do sexo feminino e 14 do sexo masculino. Para a recolha de dados recorreu-se à entrevista semiestruturada, a qual permitiu obter informação que, posteriormente, foi analisada através da análise de conteúdo.

#### **1.5. Estrutura do Trabalho**

Quanto à organização do documento, este foi estruturado em seis capítulos, sendo que o primeiro corresponde à presente nota introdutória onde se enquadra, contextualiza e apresenta o estudo realizado.

No segundo capítulo apresenta-se um quadro teórico-concetual da temática inerente ao estudo, ou seja, este capítulo apresenta o conceito de emergência e aborda os princípios, as fases, as funções e o plano de emergência. Além disso, tendo em vista uma abordagem completa da temática subjacente ao estudo realizado, entendeu-se que seria igualmente importante explicitar o quadro legal do socorro em Portugal, as competências e as responsabilidades da proteção civil e, uma vez que este se foca na corporação de bombeiros do concelho de Lousada, abordou-se ainda a questão da prevenção e segurança nos corpos de bombeiros, um dos principais agentes da proteção civil.

O terceiro capítulo, e tendo-se em linha de conta a realidade e o local onde foi desenvolvido o estudo, dedica-se exclusivamente à caracterização do concelho

de Lousada, mais especificamente, à caracterização da população, das ocorrências registadas e do corpo de bombeiros do concelho.

Já o quarto capítulo, contrariamente ao primeiro, que é de pendor teórico, subordina-se à metodologia de investigação. Por isso mesmo, é neste capítulo que são apresentados os objetivos do estudo – geral e específicos –, bem como a pergunta de investigação, o método e o tipo de estudo, a população e amostra, os instrumentos de recolha de dados, a técnica de análise de dados e as considerações éticas que foram tidas em linha de conta ao longo da realização da investigação.

O quinto capítulo foca-se, unicamente, nos resultados do estudo, ou seja, é neste capítulo que se procede à apresentação dos resultados obtidos e à discussão dos mesmos, isto é, ao confronto dos resultados com a literatura que versa sobre o tema em estudo.

Por fim, finaliza-se o trabalho com o sexto capítulo, o qual se dedica à apresentação das principais conclusões do estudo, das limitações encontradas ao longo de todo o processo e das sugestões para fins futuros de investigação.

## Capítulo 2 – Enquadramento Teórico

### 1.6. Conceito de Emergência

A emergência pode ser descrita como uma situação ou evento que acontece de forma imprevista, representando um risco imediato para a vida, a saúde, a propriedade ou o ambiente e que por isso, requer uma intervenção imediata por forma a evitar o agravamento das condições ou para minimizar o seu impacto.

Atendendo ao Glossário da Proteção Civil (2009), a emergência é um conceito geral que faz parte da prevenção e resposta da gestão de emergências. Neste documento, citando outros autores, a Proteção Civil (2009, p. 21) refere que a emergência é:

- “Um acontecimento inesperado que coloca a vida e/ou a propriedade em perigo e exige uma resposta imediata através dos recursos e procedimentos de rotina da comunidade. Exemplos: um acidente envolvendo vários automóveis com feridos ou mortos; um incêndio causado por um relâmpago que se espalha a outros edifícios. (Drabek 1996, Sessão 2, p. 3)”;
- “Qualquer acontecimento exigindo coordenação acrescida ou resposta para além da rotina de modo a salvar vidas, proteger a propriedade, proteger a saúde pública e a segurança, ou diminuir ou evitar a ameaça de um desastre. (Michigan EMD 1998, 6)”.

As situações ou acontecimentos considerados emergências são muito diversificadas: “Uma situação de emergência pode surgir em consequência de um desastre, devido a um processo cumulativo de negligência ou degradação do ambiente, ou quando está iminente uma situação de desastre que exige que medidas extraordinárias tenham que ser implementadas para prevenir ou limitar os efeitos do impacto” (SimeonInstitute 1998 como citado em Proteção Civil, 2009, p. 21).

Ou seja, as emergências podem dizer respeito a incidentes de menor escala, como incidentes locais que impactam uma pequena área ou um reduzido

número de pessoas, assim como incidentes de maiores dimensões, como catástrofes que afetam populações ou várias regiões: por exemplo: catástrofes naturais como terremotos (figura 1), inundações (figura 2), tornados, entre outros.



**Figura 1: Imagem do rasto de um terremoto**

Fonte: Agência Lusa (2023).



**Figura 2: Inundações do sul do Brasil em maio de 2024**

Fonte: Agência Lusa (2024a).

Os acidentes tecnológicos são igualmente classificados como catástrofes. Exemplos notórios incluem os incidentes em centrais nucleares, como o desastre de Chernobyl, ocorrido em 1986, na Ucrânia (figura 3), e os derrames de produtos químicos, a título de ilustração, são os casos de navios petroleiros, como o que aconteceu em julho deste ano, ao largo das Filipinas, que resultou no derrame de quase quatro quilômetros de petróleo (figura 4).



**Figura 3: Desastre de Chernobyl, Ucrânia, 1986**

Fonte: O Globo (2022).



**Figura 4: Adicente com navio petroleiro, Filipinas, 2024**

Fonte: Agência Lusa (2024b).

Também se destacam os incêndios em unidades industriais, como o que ocorreu na zona industrial de Oliveirinha, em Carregal do Sal, Portugal, em setembro do corrente ano (figura 5).



**Figura 5: Incêndio na zona industrial de Oliveirinha, Carregal do Sal, Portugal, 2024**

Fonte: Agência Lusa (2024c).

Podem-se ainda mencionar como exemplos de catástrofes as crises de saúde pública, como a recente pandemia da Covid-19 (figura 6) e os eventos de origem humana, como ataques terroristas, por exemplo, os ocorridos num festival de música em Israel, em outubro de 2023 (figura 7).



**Figura 6: Despiste do vírus do Covid-19**

Fonte: Manir (2020).



**Figura 7: Ataque ao festival de música em Israel, 2023**

Fonte: BBC News (2023).

Diversos aspectos caracterizam uma emergência, dos quais se destacam os seguintes:

- Inesperado e que requer imediatismo: Uma emergência ocorre de forma súbita e exige uma intervenção imediata. Consoante Quarantelli (1989), a emergência é definida como um evento inesperado ou de gravidade excepcional que requer ação imediata ou urgente;
- Potencial de dano: A gravidade dos danos implica a necessidade de medidas que contemplem uma resposta rápida e eficaz. Essa resposta é crucial para lidar com situações graves que surgem sem aviso prévio, representando riscos significativos para a vida humana, a propriedade e o meio ambiente. Segundo o Australian Institute for Disaster Resilience, uma emergência é qualquer evento que ameça ou coloca em perigo a vida, a propriedade ou o ambiente, o que exige uma resposta imediata e coordenada (AIDR, 2015);
- Necessidade de recursos: Emergências de grande escala requerem a mobilização imediata de recursos, incluindo equipas de profissionais, equipamentos e materiais provenientes de diversas áreas e instituições. É

fundamental que uma resposta eficaz seja implementada para evitar que a situação de emergência se transforme num desastre (United Nations International Strategy for Disaster Reduction [UNISDR], 2009). Por conseguinte, a disponibilidade dos recursos necessários é imprescindível;

- **Coordenação:** Devido à necessidade de intervenção de vários profissionais, equipamentos e materiais, uma coordenação eficaz entre os diferentes intervenientes torna-se essencial. Isto abrange desde agências governamentais e não governamentais até profissionais especializados em socorro e a própria comunidade afetada. Nesse sentido, alinha-se com Paiva (2017, p. 14), que afirma que uma emergência traduz-se em “qualquer acontecimento que exige uma coordenação acrescida ou uma resposta além da rotina, de modo a salvar vidas, proteger a propriedade e a saúde pública e segurança, ou a diminuição ou prevenção da ameaça de um desastre”.

Portanto, uma emergência consiste num acontecimento inesperado e que coloca em risco a vida humana, a propriedade e/ou o ambiente, exigindo prontidão na resposta. Para uma resposta rápida e eficaz, é necessário que os recursos necessários estejam disponíveis, sendo de realçar que cada emergência é particular e a resposta tem que ser adaptada a cada realidade e em função das características da própria situação de emergência.

### **1.7. Gestão da Emergência**

De acordo com Araújo (2010, p. 8), “a primeira organização de resposta à emergências no mundo ocidental surgiu em Roma em 6 A.C quando o Imperador Augustus, criou uma organização de vigilância e luta permanente contra os incêndios que assolavam Roma desde sempre. Estava então criado o ‘Vigiles’ composto de sete ‘cohortes’ (batalhões) compostos de cerca de 560 homens cada, estando assim criada a primeira organização de controle de emergências”.

A gestão de emergências não só é a área de conhecimento, como também é a prática da preparação, resposta, recuperação e minimização dos impactos das situações e acontecimentos de emergência e catástrofes.

Por outras palavras, é a disciplina da gestão que se debruça sobre o risco, a sua prevenção e minimização (Hadowet al., 2008). Ou, como afirmam Blanchard et al. (2007), é a área de gestão que se foca no desenvolvimento de ferramentas estruturadas com as quais as populações e as comunidades diminuem a sua vulnerabilidade aos perigos e riscos e encaram as situações de emergência.

Pode dizer-se que o grande objetivo da gestão de emergências é preparar, responder, recuperar e minimizar os efeitos das emergências, tendo como grande finalidade a proteção de vidas, bens e do meio ambiente.

Nesta ordem de ideias, a gestão de emergências trata-se, pois, da “organização e gestão de recursos e responsabilidade para lidar com todos os aspetos da emergência, em particular no que respeita à preparação, resposta e recuperação” (Proteção Civil, 2009, p. 21).

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, o AIDR (2015) refere-se à gestão da emergência como a organização e gestão dos recursos e responsabilidades para dar resposta a todos os aspetos que as emergências envolvem, nomeadamente, a prevenção, preparação, resposta e recuperação.

A gestão de emergência é um processo estratégico e não um processo operacional (Valente, 2018) e a sua importância advém do facto desta implicar uma abordagem coordenada e sistemática para dar resposta a situações que ameaçam a vida, a saúde, a propriedade ou o meio ambiente, pelo que a sua grande finalidade passa pela redução de riscos e das consequências que advêm das emergências, por meio de um planeamento proativo e de uma resposta eficaz. Por isso mesmo, a gestão de emergências traduz-se numa série de “atividades que incluem a prevenção, preparação, resposta, recuperação, reabilitação, de apoio jurídico e legislativas, de emergências, independentemente do seu tipo, dimensão e localização, e cujo objetivo é a redução de fatalidades, incapacidades, danos e destruição” (Rubin, 2000 como citado em Dykstra, 2003, p. 3).

Por norma, a gestão da emergência implica “o esforço e empenho de entidades públicas, privadas e voluntárias, que atuam de forma coordenada, de

modo a dar resposta ao largo espectro de necessidades existentes aquando de uma emergência” (Proteção Civil, 2009, p. 21).

Sustentando-se na *Federal Emergency Management Agency*(FEMA), Valente (2018, p. 43) refere-se à gestão da emergência como sendo um “processo de preparação, mitigação, resposta e recuperação a uma emergência. Sendo este, um processo dinâmico. O planeamento da emergência, embora sendo crítico, não é o único componente da gestão da emergência. A formação de todas as partes interessadas, a realização efetiva e eficaz de exercícios e simulacros, a monitorização e verificação de equipamentos de emergência e a coordenação das atividades com a envolvente exterior (comunidade e autoridades) são outras componentes importantes e fundamentais”.

Por ser um processo abrangente e dinâmico que visa a diminuição dos vários impactos das emergências, por meio de intervenções e esforços minuciosamente coordenados, a gestão de emergências contempla quatro principais elementos:

- Preparação: planeamento – desenvolvimento de planos e protocolos para dar resposta a eventuais emergências; formação e exercícios – realização de programas de formação e exercícios de simulação para assegurar uma resposta imediata; educação do público – informar e educar o público sobre como agir perante uma situação de emergência;
- Resposta: gestão de incidentes – ativação de centros de operações de emergência e implementação de sistemas de gestão de incidentes; mobilização de recursos – disponibilização dos recursos necessários (humanos, equipamento, provisões); comunicação – estabelecer uma linha de comunicação clara e eficaz entre as equipas de intervenção, agências e público;
- Recuperação: recuperação a curto prazo – prestar assistência imediata aos mais afetados, através de abrigo, alimentação e cuidados médicos; recuperação a longo prazo: reconstrução de infraestruturas, serviços funcionais e apoio à recuperação económica e social;
- Mitigação: avaliação de riscos – identificação e avaliação de fragilidades e eventuais perigos; medidas de prevenção – implementação de estratégias e

medidas para mitigar ou mesmo eliminar riscos; criação de resiliência – reforço da capacidade das comunidades e dos sistemas resistirem e ultrapassarem as situações de emergência.

A gestão de emergência tem por finalidade minimizar o impacto de uma emergência, intervindo a vários níveis: local, regional, nacional e internacional. Na abordagem a esta matéria, considera-se relevante fazer referência a entidades como a *International Organization for Standardization* (ISO), ao Instituto Português da Qualidade (IPQ) e à *National Fire Protection Association* (NFPA).

À luz da NP (Norma Portuguesa) EN (*European Norm*) ISO 22300:2017, a gestão da emergência é descrita como “a abordagem global de prevenção de emergências e gestão daquelas que ocorrem. Realçando por outro lado que em geral, a gestão da emergência utiliza uma abordagem da gestão do risco para a prevenção, resposta e recuperação antes durante e após eventos potencialmente desestabilizadores e/ou disruptivos”.

Segundo a NFPA (2016, p. 6), associação nacional de proteção contra incêndios dos Estados Unidos da América, a gestão da emergência traduz-se no “processo contínuo para prevenir, mitigar, preparar para responder a, e recuperar dum incidente que constitua uma ameaça à vida, propriedade, operações ou o ambiente”.

Para concretizar a sua ação, a gestão de emergências recorre a vários intervenientes, desde agências governamentais, organizações não governamentais e entidades dos setores público e privado. Através destes intervenientes, é desenvolvido um processo altamente complexo que visa a coordenação, preparação, resposta, recuperação e atenuação da emergência, devendo ter-se em linha de conta que (Blanchard et al., 2007):

- A gestão de emergência é o campo da administração específica para desenvolver ferramentas estruturadas que permitam às comunidades (populações e organizações) diminuir sua vulnerabilidade a perigos e riscos e lidar com situações de emergência;
- A gestão de emergência deve ter como visão a promoção e desenvolvimento de comunidades e organizações mais seguras, menos vulneráveis, com

capacidade para enfrentar os perigos e riscos associados a situações de emergência;

- A missão de gestão de emergência é proteger as comunidades e organizações, coordenando e integrando todas as atividades e processos necessários para estruturar, implementar, manter e desenvolver as capacidades de mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de emergências de qualquer tipo, sejam elas de origem tecnológica, natural ou social.

### *1.7.1. Princípios da Gestão da Emergência*

No seguimento do anteriormente referido, entende-se que a gestão da emergência constitui o “campo interdisciplinar que lida com os processos estratégicos da gestão organizacional, utilizados para proteção dos ativos críticos de uma organização, contra os perigos e riscos que podem resultar em desastres ou catástrofes, e para garantir sua continuidade ao longo do seu planejado ciclo de vida” (Valente, 2018, p. 44).

Mediante a vasta panóplia de conceitos e definições de gestão da emergência existentes na literatura, a par das divergências no que diz respeito aos requisitos legais, a FEMA, em 2007, constituiu um grupo de trabalho composto por especialistas em gestão da emergência, com o objetivo de conceber um código de princípios da gestão da emergência (Valente, 2018). A finalidade deste código de princípios era unificar os conceitos de gestão da emergência e alcançar um consenso sobre a sua definição.

Na verdade, os princípios da gestão da emergência correspondem a orientações que auxiliam o planeamento, resposta e recuperação de situações de emergência e de catástrofes, assegurando uma intervenção estruturada e eficaz para enfrentar crises. E segundo Blanchard et al. (2007), constituem princípios da gestão da emergência:

- Abrangência: deve contemplar todos os perigos e riscos, todas as fases (prevenção, atenuação, preparação, resposta, recuperação), todas as partes interessadas (setores público, privado e sem fins lucrativos) e todos os

impactos importantes e que resultam das várias e possíveis situações de emergência (humanos, económicos e ambientais);

- **Progressividade:** deve antecipar e prever eventuais situações de emergência, implementando medidas preventivas, mitigadoras e preparatórias para promover e desenvolver comunidades e organizações resilientes e resistentes a catástrofes;
- **Orientação para os riscos:** deve utilizar princípios sólidos de gestão de risco, como a identificação e avaliação de riscos, análise de impacto e controlo de consequências, na priorização da alocação dos recursos planeados e em todas as fases do desenvolvimento de uma situação de emergência. No fundo, as decisões relativas à gestão de emergências devem ter por base a avaliação de potenciais perigos, vulnerabilidades e riscos, apoiando-se nos melhores dados e evidências científicas disponíveis;
- **Integração:** deve garantir a conexão, união e coordenação dos esforços realizados por todas as partes intervenientes (organizações, comunidades envolventes ou governamentais). Isto é, entre todos os níveis de governo e todos os elementos da comunidade (indivíduos, famílias, empresas e organizações sem fins lucrativos);
- **Colaboração:** fomentar e manter relações extensas, produtivas, eficientes e duradouras entre indivíduos e organizações para criar confiança, cultivar um forte espírito de equipa, promover o consenso e permitir uma comunicação eficaz e a partilha de informações. Por outras palavras, a gestão de emergências deve criar e manter relações amplas e honestas entre indivíduos e organizações para estabelecer confiança, defender um ambiente de equipa e de cooperação, criar consensos e facilitar uma comunicação eficaz;
- **Coordenação:** assegurar e desenvolver uma sincronização eficaz entre as atividades planeadas e entre todos os intervenientes, sem exceção, para otimizar a utilização de recursos e esforços, com a finalidade de se alcançarem objetivos comuns;
- **Flexibilidade:** empregar abordagens inovadoras e adaptáveis à natureza evolutiva das várias situações de emergência, evitando soluções rígidas

para resolver eficazmente as questões em causa. Ou seja, abordagens criativas e específicas para dar resposta aos desafios colocados pela ocorrência de catástrofes, adaptando-se à mudança e às necessidades da comunidade afetada;

- Profissionalismo: ser conduzido por indivíduos qualificados com conhecimentos científicos sólidos, baseados na educação, formação, experiência e prática ética, gestão pública e com desenvolvimento profissional contínuo.

No entanto, e mais recentemente, a ISO, por meio da publicação da ISO 22320:2017 refere que, mediante uma emergência, as organizações devem intervir em função da sua política, objetivos e medidas definidas para a prevenção e minimização de incidentes. De acordo com a mesma norma, a intervenção das organizações perante uma emergência deve orientar-se segundo os seguintes princípios:

- Ética: a gestão de incidentes deve dar prioridade à vida e à dignidade humanas, mantendo a neutralidade e a imparcialidade em todas as ações;
- Cadeia de comando: cada participante designado na gestão de incidentes deve reportar a um superior numa estrutura de comando claramente definida, organizada e responsável;
- Trabalho em equipa: a gestão eficaz de incidentes requer a colaboração entre todas as entidades envolvidas de acordo com uma estratégia bem definida e acordada, assegurando esforços coordenados dentro das organizações, áreas e departamentos;
- Abordagem global dos perigos: a gestão de incidentes deve abordar e responder a todos os tipos de perigos, independentemente da sua natureza (perigos naturais, tecnológicos ou sociais);
- Gestão do risco: a gestão de incidentes baseia-se nos princípios da gestão de riscos para orientar as ações e decisões;
- Preparação e prontidão: a gestão eficaz de incidentes exige que se esteja preparado e pronto para responder rápida e eficazmente a qualquer situação de emergência;

- Partilha de informação: implementar um sistema de comunicação sólido para facilitar a troca eficiente de informações e perspectivas entre todos os participantes na gestão de incidentes;
- Segurança: dar ênfase à segurança na gestão de incidentes, protegendo tanto os membros da equipa de intervenção como as pessoas afetadas pelo incidente;
- Flexibilidade: a gestão de incidentes deve ser adaptável, permitindo respostas graduais e ajustáveis à medida da evolução das exigências de várias situações de emergência. As decisões operacionais devem ser tomadas ao nível de comando mais adequado e eficaz;
- Fatores humanos e culturais: a gestão de incidentes deve ter em conta os fatores humanos e culturais das organizações e das comunidades envolvidas;
- Melhoria contínua: a gestão de incidentes deve ter por base princípios de melhoria contínua para melhorar o desempenho organizacional e a resiliência ao longo do tempo.

Os princípios acima mencionados são extremamente importantes, na medida em que primam e asseguram por uma abordagem holística e eficaz da gestão de emergências, bem como da diminuição do impacto das catástrofes nas comunidades.

### *1.7.2. Fases e Funções*

As fases da gestão da emergência servem para abordar as catástrofes, ou seja, para a descrever, interpretar e compreender e, concomitantemente, auxiliar na organização da prática da gestão de emergência (Baird, 2010).

Inicialmente, identificaram-se quatro fases da gestão da emergência (Baird, 2010): mitigação; preparação; resposta; e recuperação. As fases da mitigação e da preparação traduzem-se em formas de atuação a realizar antes da ocorrência de um evento e as fases da resposta e da recuperação concretizam-se depois da ocorrência do evento.

Posteriormente, a FEMA (2017) e a NFPA (2016) acrescentaram uma quinta fase ao ciclo da gestão da emergência: a prevenção.

Segundo a FEMA (2017), a emergência desenvolve-se em três períodos – pré-incidente, incidente e pós-acidente – e as fases da prevenção, preparação e mitigação são transversais a estes três períodos. A fase da resposta ocupa o período do incidente e o início do pós-acidente e a recuperação tem início no pós-incidente (FEMA, 2017).

Em seguida, passa-se a descrever cada uma das cinco fases à luz dos contributos da NFPA (2016):

- **Prevenção:** engloba atividades para evitar um incidente ou para parar ou impedir o desenvolvimento de uma emergência. A prevenção pode aplicar-se tanto aos incidentes provocados pelo homem (como o terrorismo, vandalismo, sabotagem, ou erro humano), bem como, a incidentes de origem natural. A prevenção de incidentes causados pelo homem pode incluir a utilização de informações de inteligência e outras num largo espectro de atividades, que podem incluir contramedidas como sejam: operações de dissuasão, inspeções alargadas, incremento das operações de vigilância e segurança, investigações para determinar a natureza e a fonte da ameaça, e incremento das operações policiais orientadas para a dissuasão, prevenção, interdição ou interrupção;
- **Mitigação:** contempla atividades concebidas e implementadas para reduzir a severidade ou consequências de uma emergência (Perigos);
- **Preparação:** diz respeito a atividades, tarefas, programas, ações e sistemas concebidos, desenvolvidos e implementados antes da ocorrência de uma situação de emergência, que sustentam a prevenção de mitigação de resposta e recuperação de emergências;
- **Resposta:** abrange atividades e ações imediatas e contínuas, tarefas, programas e sistemas para gestão dos efeitos de um incidente que ameace a vida, a propriedade, as operações, os processos ou o meio ambiente. A resposta a um incidente pode incluir a evacuação de instalações, ativação de um plano de recuperação de desastres, efectuar uma avaliação de riscos

e danos e implementar outras medidas eventualmente necessárias para trazer uma organização a um estado mais estável;

- Recuperação: engloba atividades e programas concebidos para retornar as condições previamente existentes ao incidente, a um nível aceitável para a Organização. As ações e as atividades de recuperação prolongam-se geralmente por períodos muito longos, após a ocorrência do incidente. Os programas e planos de recuperação e/ou reabilitação incluem os componentes e medidas de atenuação, concebidos para evitar os danos em incidentes futuros.

Também a FEMA (2017) apresenta uma descrição das cinco fases da gestão da emergência, explicando que:

- Prevenção: significa a implementação de medidas preventivas para evitar um incidente ou intervir para parar ou minimizar os efeitos da ocorrência de um incidente. Implica a adoção de medidas para proteger vidas e bens e a utilização e aplicação de informações de inteligência, investigação e observação num largo espectro de atividades e ações, que podem incluir contramedidas como: Operações de dissuasão; Incremento de inspeções; Incremento de vigilância. Protocolos de saúde e prevenção para impedir o contágio e eventual propagação de doenças (epidemias) de, para, entre humanos, animais domésticos e vida selvagem;
- Mitigação: refere-se a todas as atividades que são concebidas para: redução e/ou eliminação dos riscos para pessoas, sistemas e/ou Instalações, ou redução dos efeitos negativos potenciais ou reais, assim como, das consequências de um incidente;
- Preparação: é entendida como o conjunto de tarefas programadas e críticas, assim como, das atividades necessárias para conceção, formação, sustentação, e melhoria/incremento da capacidade operacional de prevenção, proteção, resposta e recuperação de incidentes internos. A preparação é um processo contínuo envolvendo esforços em todos os níveis das organizações, do governo e entre organizações governamentais e do

setor privado para identificar ameaças, determinar vulnerabilidades e identificar e programar os recursos necessários;

- Resposta: a resposta tem início quando está iminente um evento de emergência ou imediatamente após a ocorrência de um evento/incidente. A resposta engloba as atividades que abordam e actuam sobre os efeitos diretos e consequências a curto prazo, decorrentes de um incidente. Esta fase inclui ainda a implementação e execução de “Planos Operacionais de Emergência” e de atividades / ações de mitigação de incidentes e suas consequências, destinadas a limitar a perda de vidas e lesões, danos materiais e de outras consequências indesejáveis;
- Recuperação: a grande finalidade desta fase é restabelecer o funcionamento normal dos sistemas e o retomar das atividades das Comunidades e Organizações, afetadas e tem início imediatamente após o incidente. Algumas das atividades de recuperação podem ser simultâneas com as ações, atividades e esforços de resposta. A recuperação é o desenvolvimento, coordenação e a execução dos planos de recuperação e reabilitação dos serviços e instalações afetadas, por meio de programas de assistência individuais, da organização, dos setores privado, governamental, públicos e organizações não governamentais. A recuperação a longo prazo inclui a retoma e restabelecimento de toda a atividade económica e a reconstrução de instalações e edificações públicas e/ou privadas. A recuperação em termo de longo prazo (estabilizando, reabilitando e melhorando todos os sistemas afetados) pode em muitos casos prolongar-se por vários anos.

### *1.7.3. Planos de coordenação de Proteção Civil*

Os Planos de Coordenação (PC) são uma medida preventiva para eventos com características lúdicas, socioculturais e outras, onde há maior probabilidade de mobilização significativa de visitantes e espectadores, aumentando o risco de situações atípicas. Esses planos de resposta estão integrados no âmbito da

proteção e do socorro, sendo ajustados aos riscos identificados e caracterizados por um elevado grau de domínio.

Os Planos de Contingência (PC) para Eventos aplicam-se a eventos realizados dentro do território do município, seja em espaços fechados ou ao ar livre, sempre que envolvam a presença ou movimentação de grandes massas populacionais em locais de utilização pública, independentemente de terem personalidade jurídica pública ou privada. Esses planos funcionam como instrumentos de gestão operacional para lidar com ocorrências inesperadas durante os eventos. No entanto, eles não possuem base legal e, em caso de acidentes graves ou catástrofes, devem ser substituídos pelos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC).

Os principais objetivos dos Planos de Coordenação são:

- Garantir a segurança do público, participantes e trabalhadores envolvidos no evento.
- Definir um plano de resposta estruturado para diferentes cenários de emergência.
- Assegurar uma comunicação eficiente entre todas as entidades envolvidas.
- Minimizar o máximo de impactos negativos, assegurando evacuações eficazes e atenuar os riscos de acidentes.
- Articular os meios disponíveis, promovendo a cooperação entre serviços de emergência, autoridades municipais e organizadores do evento.

A importância dos PC reside na capacidade de antecipar e planejar medidas preventivas, assegurando que todas as partes envolvidas estão preparadas para lidar com qualquer eventualidade de forma coordenada e eficiente. Assim, os PC para Eventos devem estar articulados com os PMEPC para garantir uma resposta eficaz, rápida e segura a situações que ultrapassem o seu âmbito. Quando ocorre um evento inesperado de maior gravidade, o PMEPC deve ser ativado para reforçar os meios de proteção e socorro, assegurando uma forte coordenação entre as autoridades de proteção civil e as entidades de apoio envolvidas.

Adicionalmente, caso seja declarada uma Situação de Alerta a nível municipal, devem ser adotadas medidas adequadas e proporcionais ao nível de risco, incluindo ações que possam não estar previstas nos PC. A ativação do PMEPC ou a declaração de Situação de Alerta coloca o Presidente da Câmara (ou o seu substituto legal) na posição de Autoridade Política de Proteção Civil, assumindo a coordenação das operações de proteção e socorro.

### **Diferença entre Planos de Coordenação e Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)**

Os PC e os PMEPC diferem em abrangência e finalidade. Os PC são específicos para eventos, gerindo respostas a incidentes pontuais. Já os PMEPC são de âmbito municipal e estabelecem diretrizes gerais para emergências de grande escala.

Se houver um acidente no evento que exceda a capacidade do PC, é acionado o PMEPC, garantindo uma resposta mais ampla e coordenada. Nessa situação, o Presidente da Câmara assume a direção das operações, mobilizando os recursos necessários e articulando-se com entidades regionais e nacionais.

A coordenação entre PC e PMEPC é essencial para tratar incidentes de forma adequada e eficiente. Assim, os PC devem conter critérios claros para a ativação dos PMEPC, escalando os meios de resposta conforme a gravidade. Algumas diferenças entre esses planos estão na tabela 1.

**Tabela 1: Plano de Coordenação Vs Plano Municipal de emergência**

<b>Características</b>	<b>Planos de Coordenação (PC)</b>	<b>Plano Municipal de Emergência (PMEPC)</b>
<b>Finalidade</b>	Gerir a segurança e resposta a emergências durante eventos específicos.	Responder a emergências de grande escala que afetam o município.
<b>Desígnio</b>	Limitado ao evento e ao seu período de realização.	Abrange todo o território municipal e diversas situações de crise.

<b>Ativação</b>	Aplicado apenas durante o evento.	Ativado quando há emergências graves que afetam a população.
<b>Autoridade responsável</b>	Organizador do evento, Proteção Civil e entidades locais.	Presidente da Câmara Municipal e Proteção Civil.

## **Estrutura dos Planos de Coordenação para Eventos**

Para garantir a eficácia na resposta a emergências, os Planos de Coordenação devem conter elementos como a caracterização do evento, incluindo o nome, tipo, objetivos, localização, período de realização, número esperado de participantes, principais atividades e as infraestruturas envolvidas.

O Posto de Coordenação do Evento (PCE) é vital para a mobilização eficiente de recursos e resposta a situações de proteção e socorro, e seu responsável deve reportar qualquer ocorrência atípica ao responsável pelo PC.

As principais funções do PCE incluem garantir a segurança e a prestação de socorro durante o evento, coordenando as diferentes entidades envolvidas, além de assegurar uma resposta eficaz às emergências (acidentes, incêndios e apoio à população). O PCE também coordena os fluxos de informação entre os agentes de proteção civil (APC) e entidades de apoio, promovendo briefings regulares. Este plano identifica os APC e entidades de apoio envolvidas no PC, incluindo bombeiros, forças de segurança (GNR, PSP), serviços médicos de emergência (INEM, CVP) e empresas de segurança privada.

As atribuições dessas entidades são detalhadas, destacando-se as estruturas autárquicas. A Câmara Municipal disponibiliza recursos e pessoal, apoia evacuações e mantém articulação com o Comandante Operacional Municipal. O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) assegura sinalização viária, facilita a atuação de meios de socorro e fornece suporte logístico. A Junta de Freguesia auxilia na sinalização de infraestruturas, cortes de estrada e divulgação de avisos à população.

A Guarda Nacional Republicana (GNR) é responsável pela segurança dentro de sua área territorial, garantindo a manutenção da ordem pública e apoiando a atuação das demais entidades operacionais. Conta com um oficial de ligação no PCE e posiciona seus meios nos setores Bravo, Charlie e Delta. O Corpo de Bombeiros (CB) estabelece um dispositivo de proteção e socorro para uma resposta rápida a emergências, atuando de forma articulada para restaurar a normalidade, mantendo um oficial de ligação no PCE e posicionando seus meios nos setores Charlie, Bravo e Delta. As Empresas de Segurança Privada (ESP) auxiliam na proteção de bens e equipamentos em espaços públicos, colaborando com as forças de segurança.

O planejamento reforça a necessidade de articulação entre todos os envolvidos para garantir uma resposta coordenada e eficaz às exigências do evento.

O Caderno Técnico 19 da ProcVic descreve a estrutura organizacional e os procedimentos necessários para garantir a segurança e a eficácia das operações de socorro em grandes eventos, abordando desde o comando até a logística de apoio. A função de Comandante das Operações de Socorro (COS) é atribuída a um membro do comando dos bombeiros da área do evento, e o Chefe de Grupo de Combate a Incêndios desempenha um papel essencial na coordenação das ações de combate a incêndios e emergência. O planejamento dessas operações deve ser feito em colaboração rigorosa entre diferentes entidades, como os Bombeiros, INEM, SMPC e outras, visando sempre a máxima eficácia e segurança para o público e os envolvidos.

A importância do planejamento flexível e da boa articulação entre as equipes de socorro e proteção destaca-se, especialmente considerando as condições festivas e as dificuldades de acesso que podem surgir em eventos de grande porte. As ações de socorro precisam ser adaptáveis, com foco na eficiência e na segurança, tanto na prevenção quanto na resposta a emergências. Isso envolve atividades como combate a incêndios, socorro pré-hospitalar, evacuação de vítimas e assistência em situações inesperadas. O bom senso, a disciplina e o respeito entre os membros das equipes são fundamentais para garantir que o objetivo de proporcionar uma resposta eficaz seja alcançado.

A Segurança Contra Incêndios também é uma prioridade. Em eventos de grande público, com Utilização-Tipo VI e na 4ª Categoria de Risco, é necessário atender a todos os aspectos da Segurança Contra Incêndio, desde a implementação de planos de prevenção e emergência até a organização de um Serviço de Segurança Contra Incêndio composto por uma equipe qualificada e bem coordenada. O delegado de segurança tem a responsabilidade de assegurar que todos os aspectos da segurança contra incêndios sejam cumpridos de acordo com as normativas vigentes, incluindo a permanência de uma equipe de segurança durante todo o evento.

Além disso, a logística dos Postos Médicos Avançados (PMA) e dos meios de transporte de vítimas deve ser bem planejada, com a localização dos PMAs no recinto do evento e a disposição de ambulâncias e motos 4 para facilitar o transporte de vítimas e a distribuição de recursos médicos. Durante o evento, as ambulâncias estarão prontas para realizar o transporte de vítimas para hospitais, e as motos 4 serão utilizadas para acessar locais mais distantes ou de difícil acesso. O gerenciamento do trânsito e das vias de evacuação também é crucial, pois durante o evento algumas vias serão cortadas ou condicionadas para garantir a fluidez das operações de emergência, enquanto corredores de evacuação e de penetração serão estabelecidos para facilitar o movimento das equipes de socorro e a evacuação do público, caso necessário. A setorização do evento permite a divisão do espaço em áreas de risco variável, com a identificação dos períodos de maior afluência de público. Isso garante que os recursos sejam alocados de forma estratégica, com a definição de zonas críticas, zonas de apoio e de concentração.

Em termos de comando e gestão das operações, o Comandante das Operações de Socorro (COS) tem a responsabilidade de garantir o controle das operações de socorro e proteção, baseado em procedimentos estabelecidos e de acordo com a legislação atual. As comunicações entre as diversas equipes de socorro e apoio são organizadas por meio de uma rede de comunicações específicas, incluindo a Rede Operacional dos Bombeiros (ROB) e a Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC), utilizando canais e frequências pré-determinadas para garantir a comunicação eficiente durante toda a operação.

A parte logística e administrativa também é fundamental. A Câmara Municipal tem a responsabilidade de fornecer toda a infraestrutura necessária, como água, eletricidade, sinalização e equipamentos para garantir o bom funcionamento do evento e o apoio às equipes de socorro. Também é estabelecido que não é permitido o consumo de bebidas alcoólicas durante a operação, para garantir que todos os envolvidos estejam aptos a desempenhar suas funções com eficácia.

No final do evento, o responsável pelo PCE deve elaborar um relatório final, agrupando as informações sobre as ocorrências, a eficácia das medidas adotadas e propondo melhorias para eventos futuros. Esse processo de avaliação é fundamental para ajustar o planejamento e melhorar a resposta a emergências em eventos subsequentes. A informação pública também desempenha um papel importante, sendo a gestão da comunicação com o público responsabilidade do SMPC, que deve fornecer informações claras sobre as áreas afetadas, os locais de evacuação e as medidas de autoproteção.

#### *1.7.4. Plano de Emergência de Proteção Civil*

No website da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) fica perceptível que o planeamento de soluções de emergência é da responsabilidade da Proteção Civil (ANEPC, 2023a). No entanto, interessa referir que as empresas privadas e as grandes indústrias também têm o dever de planear a resposta a situações de emergência. Por isso é que Valente (2018, p. 54), tendo por base as normas OHSAS (Occupational Health and Safety Assessments Series) 18001: 2007 e NP 4397: 2008, refere que a organização deve:

- estabelecer, implementar e manter um ou mais procedimentos: a) para identificar o potencial para situações de emergência; b) para responder a estas situações de emergência;
- responder às situações de emergência atuais e prevenir ou mitigar as consequências associadas, adversas para a segurança e saúde do trabalho;

- planear a sua resposta a emergências tendo em consideração as necessidades das partes interessadas relevantes, como sejam os serviços de emergência e vizinhos;
- testar periodicamente os seus procedimentos para resposta a situações de emergência, sempre que praticável e envolver as partes interessadas relevantes conforme apropriado;
- analisar periodicamente e, quando necessário, rever os seus procedimentos de preparação e resposta a emergências, em particular após a realização periódica dos testes e após a ocorrência de situações de emergência.

A NP 4397: 2008 dá particular atenção ao tema da emergência quando aborda o planeamento, a preparação e a resposta, sendo da responsabilidade das organizações: identificar possíveis situações de emergência; planear uma resposta a emergências; treinar e testar os procedimentos de emergência; manter e verificar os planos de emergência.

Contudo, recentemente, foi emitido um novo referencial europeu – a NP 45001 –, a qual se figura uma ferramenta que visa ajudar a estabelecer e a melhorar o ambiente de trabalho em questões de saúde e segurança, bem como prevenir acidentes e, em vários casos, ir além dos requisitos legais (Associação Portuguesa de Certificação [APCER], s.d.). Esta norma apresenta várias vantagens, nomeadamente (APCER, s.d.):

- Redução de riscos de acidentes e de doenças profissionais;
- Melhoria da imagem da organização;
- Evidência do compromisso para o cumprimento da legislação aplicável;
- Redução de custos (indeminizações, prémios de seguro, prejuízos resultantes de acidentes, dias de trabalho perdidos);
- Melhoria da satisfação e motivação dos colaboradores pela promoção e garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável;
- Abrangência das atividades de prevenção a toda a organização;
- Redução das taxas de absentismo;
- Maior eficácia e proatividade ao nível do planeamento operacional.

Retomando com a informação disponível no website da ANEPC, a elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil é regulada pela Diretiva Relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil, ao abrigo da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio.

A Diretiva Relativa aos Critérios e Normas Técnicas para a Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil, é o documento que “normaliza a estrutura e os conteúdos dos planos de emergência, agilizando o seu processo de elaboração, revisão e aprovação e introduzindo mecanismos de verificação periódica da sua eficácia” (ANEPC, 2023a).

De acordo com a Proteção Civil (2009, p. 30), o plano de emergência é o “documento que reúne as informações e estabelece os procedimentos que permitem organizar e empregar os recursos humanos e materiais disponíveis, em situação de emergência”. O glossário da Proteção Civil apresenta ainda outra definição – da Dirección General de Protección Civil – referindo que o plano de emergência é “o documento que define funções, responsabilidades e procedimentos gerais de reação das instituições envolvidas na situação de catástrofe e no qual se estabelecem todas as acções necessárias para a salvaguarda da vida humana, protecção de bens e recuperação da normalidade tão rápido quanto possível”.

Conforme explica a ANEPC (2023a), os planos de emergência consistem em “documentos formais nos quais as autoridades de Proteção Civil, nos seus diversos níveis, definem as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil imprescindíveis à resposta e à reposição da normalidade, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as vidas, a economia, o património e o ambiente”. Portanto, o plano de emergência no âmbito da gestão da emergência constitui uma estratégia abrangente, especificamente desenvolvida para preparar, responder e recuperar de emergências, incidentes ou desastres. Por isso mesmo, é um documento concebido com a finalidade “de organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as acções necessárias à

resposta, pelo que devem ser simples, flexíveis, dinâmicos, precisos e adequados às características locais. Deverão também permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência” (ANEPC, 2023a).

Segundo a Proteção Civil, existem também os planos de emergência Municipais, Distritais e Nacionais e os planos Gerais e os Especiais quando para uma determinada área, um risco específico o justifique (Proteção Civil, 2009). No entanto, a ANEPC (2023a) refere que os planos de emergência classificam-se em função de dois critérios: a finalidade e o âmbito.

Quanto à finalidade, distinguem-se os planos gerais e os planos específicos:

- Planos gerais: planos elaborados para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem em cada âmbito territorial e administrativo (ANEPC, 2023a; Resolução n.º 20/2015, de 7 de maio);
- Planos específicos: planos elaborados com o objetivo de serem aplicados quando ocorrem acidentes graves e catástrofes específicas, cuja natureza requeira uma metodologia técnica e ou científica adequada cuja ocorrência no tempo e no espaço seja previsível com elevada probabilidade ou, mesmo com baixa probabilidade associada, possa vir a ter consequências inaceitáveis (ANEPC, 2023a; Resolução n.º 20/2015, de 7 de maio).

Por seu lado, em relação ao âmbito do plano de emergência, existem quatro – nacionais, regionais, distritais ou municipais –, no entanto, importa esclarecer que “os Planos Especiais podem também abranger áreas homogêneas de risco cuja extensão seja Supramunicipal (envolvendo mais do que um município de um mesmo distrito) ou Supradistrital (envolvendo mais do que um distrito)” (ANEPC, 2023a).

Atendendo à Resolução n.º 20/2015, de 7 de maio, mais especificamente ao seu artigo 3.º, interessa referir que os planos de emergência de Proteção Civil são classificados da seguinte forma:

- Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC);

- Plano Regional de Emergência de Proteção Civil (PREPC) de (nome da Região Autónoma);
- Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) de (nome do distrito);
- Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de (nome do município);
- Plano Especial de Emergência de Proteção Civil (PEEPC) para (tipo de risco) em (área a que se refere/nome da infraestrutura).

A Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio é um documento central nesta matéria, pois apresenta a tipologia dos planos de emergência, a sua articulação com outros planos, especifica a estrutura e os conteúdos que um plano deve ter, como estes devem ser elaborados e por quem são aprovados, a sua operacionalização, revisão, atualização e distribuição.

Importa ainda acrescentar que os planos de emergência da Proteção Civil, à luz da referida Resolução, estabelecem aspetos como (ANEPC, 2023a):

- A tipificação dos riscos;
- As medidas de prevenção a adotar;
- A identificação dos meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe;
- Os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos, públicos ou privados, utilizáveis;
- A estrutura operacional que há-de garantir a unidade de direção e o controlo permanente da situação;
- A definição das responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências no domínio da proteção civil;
- Todos os planos de emergência estão sujeitos a atualização periódica e devem ser objeto de exercícios frequentes com vista a testar a sua operacionalidade, com periodicidade máxima de dois anos, exceto se disposto em contrário em legislação setorial específica.

Concluindo, um plano de emergência constitui uma ferramenta crucial na gestão de emergências, servindo como um roteiro que orienta a ação em crises, para proteger vidas e bens e assegurar uma rápida recuperação.

## **1.8.O Socorro em Portugal – Enquadramento Legal**

Em Portugal, a intervenção e o âmbito de ação da Proteção Civil encontra-se estabelecido pela Lei de Bases da Proteção Civil – LBPC – (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho). Após várias alterações, a versão atual da LBPC é oferecida pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto.

Ainda neste âmbito, não se pode descurar a Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, a qual aprova a diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil e revogação da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 de julho.

Sobre este assunto, considera-se importante também referir a Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na medida em que é nela que é definido o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal.

O Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, é o documento normativo responsável pela criação do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

### *1.8.1. Competências e Responsabilidades da Proteção Civil*

Conforme a Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, e alterada pela Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto, a Proteção Civil é a entidade responsável pela gestão de emergências.

Segundo o artigo 1.º da LBPC, a proteção civil “é a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos

inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”.

À luz do mesmo artigo, é estabelecido o carácter permanente da proteção civil, bem como o seu carácter multidisciplinar e plurisetorial.

Face ao seu âmbito territorial, a proteção civil abrange todo o território nacional, e nas regiões autónomas, esta é assegurada pelos governos regionais (artigo 2.º).

Face aos objetivos da atuação da proteção civil, o artigo 4.º da LBPC menciona os seguintes:

- Prevenir os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultante;
- Atenuar os riscos colectivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;
- Socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
- Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Quanto aos seus domínios de atuação, a atividade de proteção civil exerce-se nos seguintes domínios:

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos;
- Análise permanente das vulnerabilidades perante situações de risco;
- Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades;
- Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações;
- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível local, regional e nacional;
- Estudo e divulgação de formas adequadas de protecção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infra-estruturas, do

património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais;

- Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos.

No artigo 5.º são esplanados os princípios pelos quais se rege a proteção civil, sendo eles:

- O princípio da prioridade, nos termos do qual deve ser dada prevalência à prossecução do interesse público relativo à proteção civil, sem prejuízo da defesa nacional, da segurança interna e da saúde pública, sempre que estejam em causa ponderações de interesses, entre si conflitantes;
- O princípio da prevenção, por força do qual os riscos de acidente grave ou de catástrofe devem ser considerados de forma antecipada, de modo a eliminar as próprias causas, ou reduzir as suas consequências, quando tal não seja possível;
- O princípio da precaução, de acordo com o qual devem ser adotadas as medidas de diminuição do risco de acidente grave ou catástrofe inerente a cada atividade, associando a presunção de imputação de eventuais danos à mera violação daquele dever de cuidado;
- O princípio da subsidiariedade, que determina que o subsistema de proteção civil de nível superior só deve intervir se e na medida em que os objetivos da proteção civil não possam ser alcançados pelo subsistema de proteção civil imediatamente inferior, atenta a dimensão e a gravidade dos efeitos das ocorrências;
- O princípio da cooperação, que assenta no reconhecimento de que a proteção civil constitui atribuição do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais e dever dos cidadãos e de todas as entidades públicas e privadas;
- O princípio da coordenação, que exprime a necessidade de assegurar, sob orientação do Governo, a articulação entre a definição e a execução das políticas nacionais, regionais, distritais e municipais de proteção civil;

- O princípio da unidade de comando, que determina que todos os agentes atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional;
- O princípio da informação, que traduz o dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de protecção civil.

### **1.9. Prevenção e Segurança nos Corpos de Bombeiros**

Atendendo à LBPC, nomeadamente, ao seu artigo 46.º, são vários os agentes de protecção civil, entre eles, os corpos de bombeiros.

No que diz respeito ao regime jurídico que abrange os bombeiros portugueses em Portugal, é necessário destacar o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, em particular, o artigo 2.º, o qual define:

- bombeiro como “o indivíduo que, integrado de forma profissional ou voluntária num corpo de bombeiros, tem por atividade cumprir as missões deste, nomeadamente a protecção de vidas humanas e bens em perigo, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e a prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável”;
- corpo de bombeiros como “a unidade operacional, oficialmente homologada e tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal exercício das missões previstas na lei”;
- entidade detentora de corpo de bombeiros, enquanto “entidade pública ou privada, designadamente o município ou a associação humanitária de bombeiros que cria, detém ou mantém um corpo de bombeiros”.

Em matéria de prevenção e segurança dos bombeiros, a ANEPC (2023b) refere que é da competência da Divisão de Segurança, Saúde e Estatuto Social (DSSSES) proceder à coordenação do registo e ao acompanhamento dos acidentes pessoais que envolvem elementos dos Corpos de Bombeiros.

Por outro lado, a Norma Execução Permanente n.º 1/DSSSES/2021, de 29 de abril, especifica os procedimentos de registo de acidentes e estipula um prazo

de 72 horas após a ocorrência do acidente para se proceder ao seu registo online (ANEPC, 2023b).

Nesta ordem de ideias, para reportar um acidente, deve ser preenchido um formulário por cada acidente e por cada bombeiro acidentado (este formulário encontra-se disponível via online) e, além disso, o formulário deve ser preenchido pelo Comandante do Corpo de Bombeiros ou por elementos de comando designados pelo Comandante (ANEPC, 2023b).

Os dados e os relatos dos acidentes pessoais que envolvem bombeiros são extremamente importantes, não só em matéria de projeção de novas medidas de saúde e segurança dos bombeiros, assim como em matéria de análise de situações de acidentes (ANEPC, 2023b).

As medidas de prevenção e segurança dos bombeiros são fundamentais, verificando-se que “nos últimos anos, têm sido registados vários acidentes rodoviários com bombeiros, alguns destes com consequências graves para os bombeiros (ferimentos graves ou morte). Só entre 2008 e 2021, temos a lamentar a morte de 16 bombeiros em acidentes de viação (ANEPC, julho de 2021)” (ANEPC, 2021, p. 27). Por isso mesmo, “esta é claramente uma área prioritária de intervenção, atendendo a que comportamentos seguros salvam vidas – a do bombeiro e a dos cidadãos a quem prestam socorro” (ANEPC, 2021, p. 27).

## Capítulo 3 – Caracterização do Concelho de Lousada

### 3.1. A História

O concelho de Lousada está situado no noroeste de Portugal, sendo uma unidade natural caracterizada pelo predomínio dos caracteres atlânticos (Câmara Municipal de Lousada [CML], s.d).

A sua localização está no centro do distrito do Porto (figura 8), pertencendo à sub-região Tâmega e Sousa (Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUT) III), integrando a região Norte (NUT II) (CML, s.d).

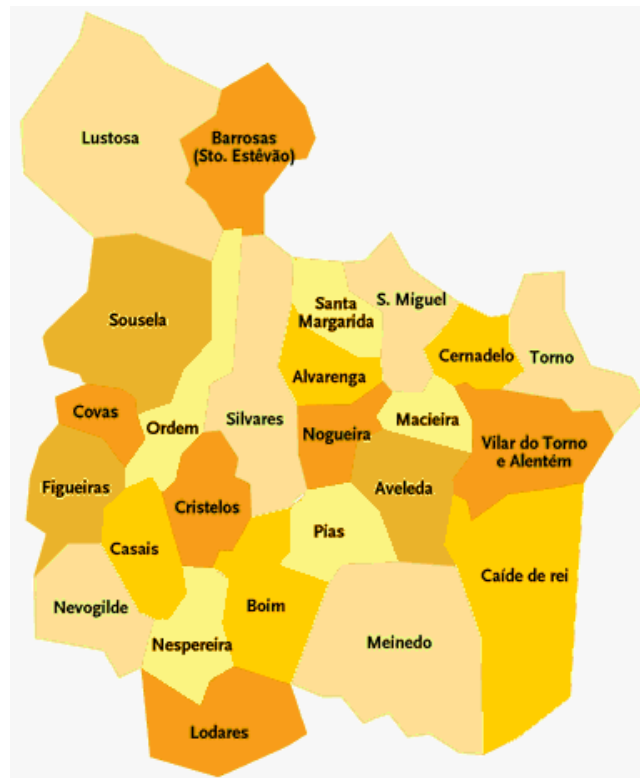


**Figura 8: Localização do concelho de Lousada**

Fonte: Lemos et al. (2008, p. 12).

Com uma área de 94.89 Km<sup>2</sup>, o concelho de Lousada encontra-se dividido em 26 freguesias (figura 9) e os seus limites administrativos são (CML, s.d):

- a norte, o concelho de Vizela;
- a nordeste, Felgueiras;
- a este, Amarante;
- a sudeste e a sul, Penafiel;
- a sudoeste, Paredes;
- a oeste, o concelho de Paços de Ferreira;
- a noroeste, Santo Tirso.



**Figura 9: Freguesias do concelho de Lousada**

Fonte: Geneall (s.d).

No que concerne à sua matriz económica, interessa referir que o concelho de Lousada ainda é fortemente marcado pela agricultura, no entanto, tem-se assistido ao desenvolvimento de outros setores económicos: têxtil e produção vinícola (CML, s.d).

Face aos seus recursos aquíferos, trata-se de um concelho rodeado pela natureza. Isto é, é um concelho “abundantemente irrigado, o seu território é abrangido por duas grandes bacias hidrográficas.

Na parte mais setentrional do concelho, com limite na serra dos Campelos, temos a bacia hidrográfica do rio Ave, de que são subsidiários o rio Porto e a ribeira de Sá, que nascem na citada serra; a restante área concelhia é ocupada pela bacia hidrográfica do Sousa, tendo como subsidiários um conjunto alargado de ribeiros e regatos. O rio Sousa nasce em Friande (Felgueiras) e é subsidiário do rio Douro, desaguando em Foz do Sousa, freguesia do concelho de Gondomar” (CML, s.d).

### **3.2. População**

Lousada é um concelho e uma vila portuguesa que faz parte do distrito do Porto (região Norte e sub-região do Tâmega), habitada por uma população com cerca de 9356 habitantes (Estrada Real, 2018).

No que concerne ao concelho, este tem uma área de 96.08 Km<sup>2</sup> e 47387 habitantes (Estrada Real, 2018). Atendendo aos dados dos Censos 2021, em 2021, no concelho de Lousada residiam 47364 habitantes, observando-se uma densidade populacional (número médio de indivíduos por Km<sup>2</sup>) de 493.0 (Pordata, s.d).

Segundo os mesmos dados, à data de 2021, o concelho de Lousada apresentava uma taxa de (Pordata, s.d):

- jovens (com menos de 15 anos) de 13.9%;
- população em idade ativa (com idades entre os 15 e os 64 anos) de 70.7%;
- idosos (com 65 ou mais anos) de 15.4%.

Relativamente à oferta turística, em foco neste estudo, importa destacar o património ambiental; o património construído (Românico); os sítios associados à identidade e cultura locais; as igrejas; os museus; a gastronomia; e os vinhos (capital do Vinho Verde) (Estrada Real, 2018).

### **3.3. O Corpo de Bombeiros de Lousada**

Atendendo à informação disponível no website dos Bombeiros Voluntários de Lousada (BVL), um corpo de bombeiros consiste numa “unidade operacional tecnicamente organizada, preparada e equipada para o cabal do exercício de várias missões” (BVL, 2016). As várias missões traduzem-se:

- No combate a incêndios;
- No socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- No socorro a naufragos e buscas subaquáticas;

- No socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar;
- Na prevenção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor;
- Na emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- Na colaboração em outras atividades de Proteção Civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes foram cometidas;
- Na participação noutras ações para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos;
- No exercício de atividades de formação cívica, com especial incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos.

Interessa referir que, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 62/94, de 2 novembro, mais precisamente, à luz do seu artigo 5.º, os corpos de bombeiros podem ser de quatro tipos: CB1, CB2, CB3 e CB4. Atendendo à tipificação apresentada no mapa anexo à Portaria n.º 1398/95, de 23 de novembro, os Bombeiros Voluntários de Lousada são considerados CB tipo 2, fazendo parte de um município classificado de M1, com um índice de 20,26.

Atendendo à informação disponível no website do Bombeiros Voluntários de Lousada, à data de 2016, o corpo de bombeiros era constituído por vários profissionais de diferentes graduações. Atente-se à tabela 1.

**Tabela 2: Composição do corpo de bombeiros de Lousada**

Cargo		Número
Quadro de Comando	Comandante	1
	2.º Comandante	1
	Adjunto de Comando	2
Subchefes		7
Bombeiros de 1. <sup>a</sup>		14
Bombeiros de 2. <sup>a</sup>		31
Bombeiros de 3. <sup>a</sup>		35
Bombeiros especialistas		2
Estagiários		27
Cadetes		19
Infantes		11

Fonte: BVL (2016).

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 247/2007, que estabelece o regime jurídico aplicável à constituição, organização, funcionamento e extinção dos corpos de bombeiros, no território continental, no seu artigo 10.º, explica que “a dotação em recursos humanos dos quadros de comando e ativo dos corpos de bombeiros profissionais e mistos detidos e mantidos na dependência de um município é fixada em decreto-lei” (n.º 1). E no seu número 3 acrescenta que “a dotação em recursos humanos dos corpos de bombeiros mistos e voluntários detidos e mantidos na dependência de uma associação humanitária de bombeiros tem a seguinte tipologia: a) Tipo 4 - até 60 elementos; b) Tipo 3 - até 90 elementos; c) Tipo 2 - até 120 elementos; d) Tipo 1 - superior a 120 elementos”. Como resultado da informação referida, e atendendo ao tipo de CB dos Bombeiros Voluntários de Lousada, pode o corpo de bombeiros albergar mais de 120 elementos. Também o quadro de comando pode ter na sua dotação máxima um comandante, um 2.º comandante e três adjuntos (Artigo 12.º). A informação que deu origem a esta análise é a informação pública existente, não tendo sido possível aferir os dados por fontes oficiais.

Feito o enquadramento teórico que sustenta o estudo realizado, caracterizado o concelho de Lousada, uma vez que o estudo realizado é com os

BVL e apresentado o próprio corpo de bombeiros, o capítulo que segue, e visando a criação de uma sequência lógica e evolutiva do estudo, é de cariz metodológico.

## **Capítulo 4 – Metodologia**

### **4.1. Objetivos e Pergunta de Investigação**

Os objetivos constituem uma parte crucial de qualquer investigação, na medida em que assumem uma função de orientação (Fortin, 2009). Por outras palavras, os objetivos indicam a finalidade da investigação a realizar, refletindo-se num “enunciado declarativo que precisa as variáveis chave, a população alvo e orientação da investigação” (Fortin, 2003, p. 100).

Nesta ordem de ideias, e atendendo ao supramencionado, o principal objetivo desta investigação é caracterizar as medidas de socorro efetivo da população lousadense, durante as atividades culturais e desportivas, cada vez mais frequentes, identificar lacunas e necessidades ao nível do socorro desta população aquando da realização de atividades culturais e desportivas; e criar soluções para garantir uma total proteção e segurança da população lousadense, bem como dos seus bombeiros, no decorrer de atividades culturais e desportivas realizadas no concelho.

No que concerne à pergunta de investigação, apraz referir que esta se trata de um “enunciado interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica” (Fortin, 2003, p. 51). Isto é, a pergunta de investigação é a pergunta de partida e da qual resulta a realização do estudo, uma vez que se procura uma resposta para a mesma através da realização do estudo. Desta forma, a pergunta de investigação à qual se pretende responder por meio da realização deste estudo é: Quais as soluções adequadas que garantem um socorro efetivo da população lousadense, no decorrer de atividades culturais e desportivas?

### **4.2. Método e Tipo de Estudo**

No que diz respeito ao método, convém referir que a presente investigação se inscreve no paradigma qualitativo. A investigação qualitativa está inserida num contexto naturalista, o que a torna valiosa para explorar questões relacionadas

com a vida dos indivíduos e o significado que estes atribuem ao que os rodeia. O conhecimento que se procura obter neste tipo de investigação diz respeito à compreensão do modo como as experiências quotidianas se desenrolam e do seu significado para as pessoas envolvidas (Bogdan&Biklen, 1994).

Em relação ao tipo de estudo, trata-se de um estudo de caso, o qual se realiza num contexto único e particular e que implica o estudo intensivo e pormenorizado de uma entidade– o caso –, sendo que o caso pode ser um indivíduo, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma população (Coutinho & Chaves, 2002).

Neste caso, está em foco o corpo de bombeiros do concelho de Lousada.

### **4.3. População e Amostra**

A população de estudo corresponde a um “conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição. Esses elementos têm, uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 209). Neste caso em concreto, a população em estudo são os agentes de proteção civil.

Por seu lado, a amostra é uma parte da população, isto é, um “subconjunto dos elementos da população. Os resultados obtidos na amostra permitem estimar os verdadeiros resultados da população de onde foi retirada, caso a amostra seja representativa” (Fonseca, 2008, p. 52). Ora, neste estudo em particular, a amostra é composta por 16 entrevistados do concelho de Lousada, sendo que dois participantes são do sexo feminino e 14 do sexo masculino:

- 2 bombeiros de 1.<sup>a</sup> (um do sexo feminino e outro do sexo masculino);
- 2 bombeiros de 2.<sup>a</sup> (ambos do sexo masculino);
- 2 bombeiros de 3.<sup>a</sup> (ambos do sexo masculino);
- 2 sub-chefes (ambos do sexo masculino);
- 2 adjuntos de comando (ambos do sexo masculino);
- 1 vereador (do sexo masculino);
- 1 elemento dos órgãos sociais dos BVL (do sexo feminino);
- 1 técnico municipal de proteção civil (do sexo masculino);

- 2 polícias municipais (ambos do sexo masculino);
- 1 presidente de uma associação relacionada com os bombeiros de Lousada (do sexo masculino).

Portanto, neste estudo consideram-se duas fontes distintas de informação: a documentação existente acerca das ocorrências que os agentes de proteção civil, particularmente, os bombeiros abrangem, bem como as ocorrências que foram registadas em dias de atividades, prevenções, eventos desportivos e culturais. nos últimos cinco anos.

#### **4.4. Instrumentos de Recolha de Dados**

No seguimento da informação apresentada no ponto anterior, fica perceptível que uma das formas de recolha de informação decorreu através da pesquisa e consulta documental e bibliográfica.

O segundo instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, realizada a 16 agentes de proteção civil. A opção pela realização da entrevista deveu-se ao facto de esta ser um instrumento de recolha de dados que se adequa “particularmente à análise do sentido que os atores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais são confrontados” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 192).

Com o objetivo de dar margem aos entrevistados, mas também assegurando que nenhum aspeto considerado importante para o estudo era esquecido, entendeu-se que a realização de uma entrevista semiestruturada, semidirigida ou semidiretiva (Quivy & Campenhoudt, 2005) era a mais adequada. Isto porque, a entrevista semiestruturada se caracteriza pela utilização de um guião e “quando se utiliza um guião, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo”(Bogdan & Biklen, 1994, p. 135).

#### **4.5. Técnica de Análise de Dados**

Para se analisar a informação recolhida através da pesquisa documental e bibliográfica e das entrevistas realizadas a bombeiros dos BVL, recorreu-se à análise de conteúdo, a qual tem por objeto de análise “a fala, isto é, o aspeto individual e atual (em ato) da linguagem” (Bardin, 2009, p. 45).

Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Engloba uma variedade de ferramentas em vez de ser um instrumento único; ou, mais precisamente, é um método unificado caracterizado por diversas formas e altamente adaptável a um amplo espectro de aplicações no âmbito da comunicação.

Bardin (2009) considera a análise de conteúdo uma técnica de análise da informação com o objetivo de elucidar e compreender, fazer inferências e identificar sistemática e objetivamente características específicas do discurso. Ou seja, a sua finalidade passa por descobrir os significados subjacentes às palavras que examina, procurando descobrir diferentes realidades através das mensagens (Bardin, 2009).

#### **4.6. Considerações Éticas**

No que concerne à pesquisa bibliográfica e documental, assegura-se a utilização responsável e ética de documentos, respeitando os direitos autorais, bem como a análise pertinente e relevante de documentos que se coadunam com os objetivos da investigação.

No que diz respeito à realização da entrevista semiestruturada, foi distribuído um documento intitulado de consentimento informado, o qual solicita a participação de bombeiros pertencentes aos BVL, informando-os:

- dos objetivos do estudo;
- do método de recolha de dados;
- da importância da sua participação no estudo, apesar desta ser voluntária e de poderem desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo para os próprios;

- da garantia da proteção da identidade dos participantes (anonimato) e da segurança dos dados (os dados fornecidos serão única e exclusivamente utilizados para fins deste estudo);
- do tratamento da informação fornecida com o máximo respeito e sensibilidade.

## Capítulo 5 – Resultados

### 5.1. Apresentação e Discussão dos Resultados

Da análise do discurso dos entrevistados, emergiram seis categorias de análise – condições de resposta a emergências e situações de socorro, diferenças entre as respostas a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, frequência das ocorrências na realização de atividades culturais e de atividades desportivas, medidas de socorro efetivo, lacunas e necessidades de socorro e soluções para garantir a proteção e segurança da população e dos bombeiros – das quais resultaram, em alguns casos, subcategorias.

Por isso mesmo, em seguida, não só se apresentam os resultados obtidos em cada categoria, como também se procede à sua discussão.

#### 5.1.1. Condições de Resposta a Emergências e Situações de Socorro

No que diz respeito às condições de resposta a emergências e situações de socorro, e em resultado da análise dos entrevistados, não surgiu nenhuma subcategoria, uma vez que todos deram respostas que se referiam tanto às emergências como às situações de socorro, como se pode verificar pela tabela 2.

**Tabela 3: Resultados referentes às condições de resposta a emergências e situações de socorro**

Subcategoria	Questão	Análise
Emergências e situações de socorro	1. Enquanto agente da Proteção Civil, sente que dispõe de todas as condições para responder a emergências e	E1: Na opinião do E1, e enquanto bombeiro, sente que não dispõe, nunca, de todas as condições para responder a emergências e situações de socorro em atividades culturais e desportivas. As falhas existentes são colmatadas através do esforço e dedicação dos bombeiros. E2: Na opinião da E2, enquanto agente da proteção civil, e bombeira, não dispõe de todas as condições necessárias, salientando a falta de recursos humanos e a dependência da disponibilidade dos bombeiros voluntários. E3: Na opinião do E3, do ponto de vista teórico, os bombeiros

	<p>a situações de socorro em atividades culturais e desportivas?</p>	<p>dispõe de todas as condições: recursos, equipamentos. Na corporação de bombeiros, segundo o E3, têm alguns equipamentos que permitem dar resposta a emergências, mas não têm os equipamentos essenciais para uma resposta eficaz a situações de emergência em atividades culturais e desportivas.</p> <p>E4: No entender do E4, não dispõe de todas as condições para dar resposta a emergências e situações de socorro, o que se deve ao facto do socorro depender dos voluntários, podendo ser necessária a solicitação de recursos externos. Este entrevistado destaca a falta de equipamentos de proteção individual, bem como dos equipamentos necessários para conseguir responder, com eficiência, à emergência e socorro no âmbito de atividades desportivas.</p> <p>E5: Na opinião do E5, os BVL dispõem de todas as condições para responder a emergências e situações de socorro em atividades culturais e desportivas.</p> <p>E6: Para E6, este dispõe de todas as condições para responder a emergências e a situações de socorro em atividades culturais e desportivas.</p> <p>E7: Na perspectiva do E7 enquanto agente da proteção civil, tem ao seu dispor as condições necessárias para responder a emergências e a situações de socorro, referindo que tem um piquete mínimo para as ocorrências em que têm sido solicitados.</p> <p>E8: Sobre as condições de resposta a emergências e situações de socorro, E8 salienta que, num cenário ideal, são necessários mais recursos humanos e mais formação, no entanto, mediante as condições que têm, considera que fazem um bom trabalho.</p> <p>E9: Na opinião de E9 os bombeiros nunca dispõem de todas as condições necessárias para dar resposta a emergências e situações de socorro em atividades culturais e desportivas. Apesar de reforçar o facto de os bombeiros se adaptarem às situações e aos meios de que dispõem, E9 refere que a necessidade de terem mais recursos humanos e materiais disponíveis, até porque a par do destacamento para dar resposta a eventos culturais e desportivos, os bombeiros</p>
--	--	--

		<p>também têm que dar resposta a eventuais ocorrências que possam acontecer fora do contexto das atividades culturais e desportivas.</p> <p>E10: Para E10, é clara a sua opinião, isto é, de que os bombeiros não dispõem de todas as condições de resposta a emergências e situações de socorro em atividades culturais e desportivas. Este destaca a necessidade de, aquando da realização deste tipo de atividades, haver um planeamento e articulação com outros meios e dispositivos, por forma a não influenciar a capacidade de resposta dos bombeiros a situações de socorro da população.</p> <p>E11: Na opinião de E11, apesar de considerar de que os BVL dispõem dos meios e protocolos necessários para responder a emergências e situações de socorro, refere que as atividades culturais e desportivas podem implicar desafios particulares e os quais exigem adaptações ao nível do planeamento e da coordenação.</p> <p>E12: Na opinião de E12, existem as condições básicas e necessárias para responder a emergências e a situações de socorro, no entanto, realça que poderiam existir mais.</p> <p>E13: Segundo E13, a proteção civil e os bombeiros têm vindo a evoluir e está muito satisfeito. Este entrevistado afirma que é nas atividades culturais que a proteção civil mais intervém, referindo a falta de sensibilização das entidades. Em termos de legislação, E13 realça ainda a confusão entre plano de evacuação, plano de segurança e plano de coordenação de evento municipal, o que não ajuda.</p> <p>E14: Para E14, não existem as condições necessárias e ideais para a resposta a emergências e situações de socorro.</p> <p>E15: Para E15, em Lousada existem as condições e os meios necessários para responder a situações de socorro e emergências.</p> <p>E16: E16 ressalva que tudo depende da magnitude da ocorrência. Dá como exemplo que, se houver um incêndio de grandes dimensões no auditório, que pode conter 300 pessoas, os meios existentes podem não ser suficientes, havendo a necessidade de pedir ajuda a outras corporações. Na sua ótica, nunca existem os meios todos.</p>
--	--	---

Analisando as respostas dadas (ver apêndice 1, onde consta a tabela com as respostas dos entrevistados e a respetiva análise) é possível aferir que a perceção sobre as condições de resposta a emergências e socorro durante atividades culturais e desportivas em Lousada varia entre os entrevistados.

A maioria dos agentes da Proteção Civil e bombeiros destaca lacunas significativas, incluindo:

- Recursos Humanos e Equipamentos: Muitos apontam a falta de pessoal, especialmente voluntários, e a dependência desses recursos para cobrir todas as necessidades de resposta em eventos (E2, E8, E9, E10). Há também uma ênfase na falta de equipamentos adequados e proteção individual, limitando a eficácia em emergências (E3, E4);
- Necessidade de Planeamento e Coordenação: Alguns entrevistados mencionam a importância de melhor coordenação entre os diferentes dispositivos de socorro, particularmente para atividades que envolvem grandes públicos (E10, E11). E na verdade, uma emergência reque uma “coordenação acrescida ou resposta para além da rotina de modo a salvar vidas, proteger a propriedade, proteger a saúde pública e a segurança, ou diminuir ou evitar a ameaça de um desastre” (Paiva, 2017, p. 14);
- Formação e Sensibilização: Foi observada a necessidade de mais formação e sensibilização para melhorar a capacidade de resposta, especialmente em eventos de maior risco (E8, E13);
- Capacidades *versus* Desafios: Em alguns casos, os entrevistados afirmaram que há uma base sólida de recursos e protocolos, mas que a realidade dos eventos exige adaptações constantes para atender às demandas específicas (E11, E16).

No gráfico 1, encontram-se representadas as condições de resposta a emergências e situações de socorro, tendo-se agrupado as respostas em três categorias: não dispõe de todas as condições; dispõe de todas as condições; e condições parcialmente adequadas. No entender de seis entrevistados, não dispõem de todas as condições e para outros seis as condições são parcialmente adequadas.

**Gráfico 1: Resultados referentes às condições de resposta a emergências e situações de socorro**



*5.1.2. Diferenças entre as Respostas a Uma Atividade Cultural e a uma Atividade Desportiva*

Relativamente à categoria das diferenças entre as respostas a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, surgiram duas subcategorias: atividade cultural e atividade desportiva, tal como se pode verificar pela tabela 3.

**Tabela 4: Resultados referentes às diferenças entre as respostas a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva**

Subcategoria	Questão	Análise
Atividade cultural	2. Qual a diferença entre a resposta a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva? (Se é que existem diferenças)	E1: O E1 refere que há uma diferença grande na resposta às atividades culturais, mas não explica qual. E2: A E2 não abordou a diferença da resposta entre as atividades culturais e desportivas, mencionando que o público das atividades culturais é mais velho. E3: Segundo o E3, nas atividades culturais o público é mais idoso, pelo que as emergências são diferentes. E4: Para o E4 existem diferenças na resposta a uma

		<p>atividade cultural e desportiva. No caso de uma atividade cultural, refere que estão em causa certas ações e meios a serem alocados para o local de realização da atividade.</p> <p>E5: Relativamente às diferenças entre a resposta a uma atividade cultural e a uma desportiva, E5 refere que na atividade cultural a resposta abrange uma população de várias faixas etárias: jovem, adulta e idosa.</p> <p>E6: Para o E6 poderá existir alguma diferença na resposta a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, mas a verdade é que tanto numa como noutra, os agentes de projeção civil estão presentes para proteger e garantir a segurança dos civis.</p> <p>E7: E7 reconhece como diferença entre a resposta a uma atividade cultural e a uma desportiva o público. Ou seja, na sua opinião as atividades culturais envolvem pessoas mais velhas, contudo, refere que o festival da vila, também ele uma atividade cultural, tem um público mais jovem e o qual exige maior atenção.</p> <p>E8: Para E8, a prestação de socorro a uma atividade cultural caracteriza-se, maioritariamente, pelo socorro humano, pois são atividades que envolvem pessoas, por vezes, grande número de pessoas, sendo necessário fazer um plano de resposta para estas atividades.</p> <p>E9: E9 refere que as atividades culturais, por norma, têm um volume maior de pessoas, o que implica outra organização para conseguir dar resposta aos pedidos de socorro/emergência solicitados: maior mobilização de recursos humanos e físicos.</p> <p>E10: ---</p> <p>E11: Para E11, a resposta às atividades culturais está mais relacionada com um maior número de pessoas, com a segurança pública e com a gestão de multidões.</p> <p>E12: Segundo E12, a atividade cultural caracteriza-se</p>
--	--	--

		<p>por envolver um maior número de pessoas e por isso, a resposta deve contemplar mais recursos humanos.</p> <p>E13: E13 reconhece a diferença entre a resposta a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, no entanto, não a aprofunda. Na sua ótica, e aplicando-se aos dois tipos de atividades, E13 destaca a segurança e a proteção, sendo que a primeira está mais controlada, a par que a segunda tem vindo a ser alvo de um maior investimento, através da implementação de medidas de autoproteção.</p> <p>E14: E14 refere que a resposta a uma atividade cultural ou a uma atividade desportiva depende do tipo de atividade e da dimensão da mesma, pois é em função destes dois critérios que se destacam os meios necessários.</p> <p>E15: Para E15 não existem diferenças na resposta a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, pois enquanto polícia municipal, quer numa atividade, quer noutra, intervém para ordenar e proibir o trânsito.</p> <p>E16: Segundo E16, nas atividades culturais, que ocorrem com menos frequência no concelho, existem equipas pré-posicionadas.</p>
Atividade desportiva		<p>E1: Face às atividades desportivas, o E1 também não especifica a resposta dada em situações de emergência ou socorro, destacando a realização mais frequente de atividades desportivas relacionadas com o automobilismo.</p> <p>E2: A resposta da E2 não esclarece sobre a resposta dada mediante uma atividade desportiva, referindo apenas que o público a quem presta socorro neste tipo de atividades é mais jovem, composto por crianças e jovens.</p> <p>E3: Nas atividades desportivas o público é mais jovem, pelo que a resposta a emergências exige uma avaliação do tipo de atividades a que se socorre.</p> <p>E4: No caso de uma atividade desportiva, o E4 refere que esta exige um outro tipo de planeamento e</p>

		<p>disponibilização de meios. Neste tipo de atividade, é necessário considerar o espaço, a envolvência e o número de pessoas, sendo necessário um planeamento que antecede a realização do evento. Este planeamento serve para antecipar possíveis cenários no caso de algo correr mal, definindo-se rotas de fuga e até a solicitação de meios externos.</p> <p>E5: Na resposta a uma atividade desportiva, está-se perante um público essencialmente jovem.</p> <p>E6: Para o E6 poderá existir alguma diferença na resposta a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, mas a verdade é que tanto numa como noutra, os agentes de projeção civil estão presentes para proteger e garantir a segurança dos civis.</p> <p>E7: As atividades desportivas, de acordo com o E7, são direcionadas para um público mais jovem e devido à natureza destas atividades, pode ser necessária uma maior intervenção dos BVL.</p> <p>E8: Apesar de referir que também nas atividades desportivas é feito um socorro humano, estas caracterizam-se, por exemplo, pelo facto de poderem envolver um desencarceramento (a respeito das atividades de motorização desportiva, tão conceituadas no concelho).</p> <p>E9: Nas atividades desportivas, E9 explica que são atividades com um público mais pequeno, sendo a sua intervenção mais necessária para os praticantes, do que propriamente para o público que vai assistir a este tipo de atividade.</p> <p>E10: E10 reconhece a diferença na resposta a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, referindo que nesta última, a probabilidade de alguém se magoar ou sentir mal é maior, devido ao esforço físico e/ou mental exigido.</p> <p>E11: Segundo E11, nas atividades desportivas a resposta está mais direcionada para a ocorrência de lesões, exigindo uma equipa de socorro pronta para lidar com situações de trauma ou paragens cardíacas.</p>
--	--	--

		<p>E12: No contexto da atividade desportiva, E12 refere que é uma atividade mais restrita e que requer mais equipamentos e meios de proteção, como o desfibrilhador automático externo, uma vez que são atividades que apresentam maior risco de trauma e mesmo de paragem cardíaca.</p> <p>E13: E13 reconhece a diferença entre a resposta a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, no entanto, não a aprofunda. Na sua ótica, e aplicando-se aos dois tipos de atividades, E13 destaca a segurança e a proteção, sendo que a primeira está mais controlada, a par que a segunda tem vindo a ser alvo de um maior investimento, através da implementação de medidas de autoproteção.</p> <p>E14: E14 refere que a resposta a uma atividade cultural ou a uma atividade desportiva depende do tipo de atividade e da dimensão da mesma, pois é em função destes dois critérios que se destacam os meios necessários.</p> <p>E15: Para E15 não existem diferenças na resposta a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, pois enquanto polícia municipal, quer numa atividade, quer noutra, intervém para ordenar e proibir o trânsito.</p> <p>E16: Nas atividades desportivas, e segundo E16, há uma resposta imediata, existem equipas pré-posicionadas e meios a acompanhar a atividade.</p>
--	--	--

Da análise das respostas dadas (ver apêndice 2, onde consta a tabela com as respostas dos entrevistados e a respetiva análise) destacam-se as variações significativas no tipo de público, nas necessidades de planeamento e nos recursos alocados para cada evento. Entre as diferenças mencionadas foi possível aferir que em relação:

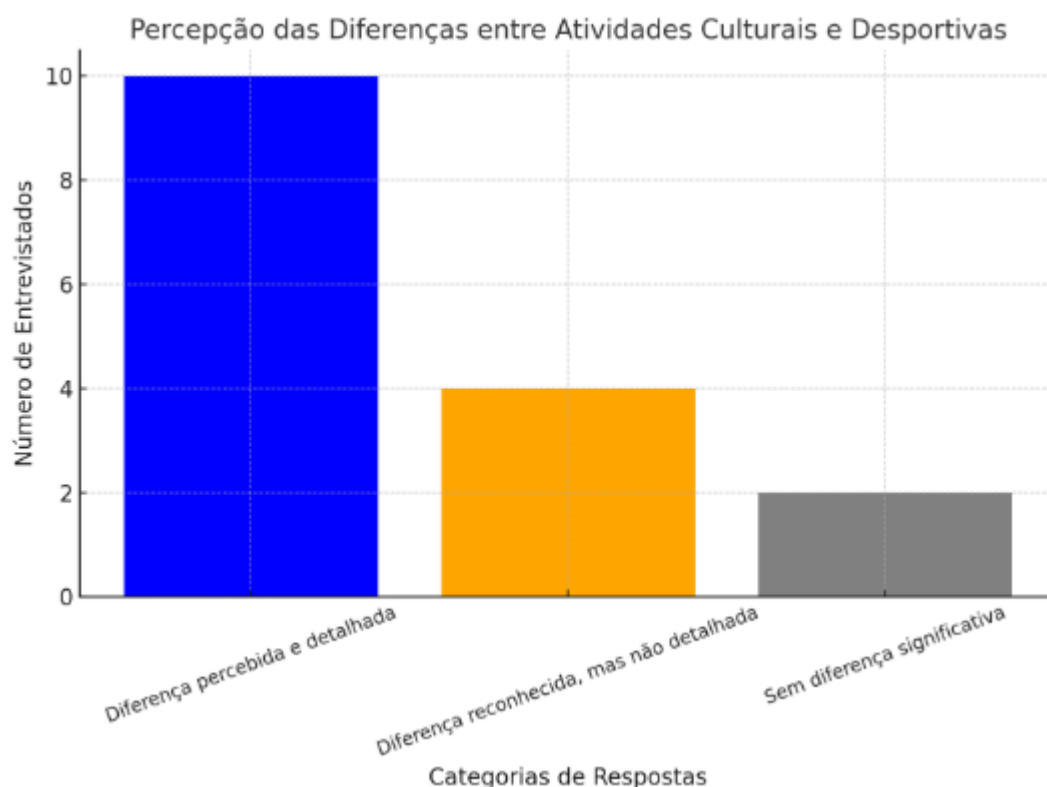
- ao tipo de público: as atividades culturais, por norma, atraem um público mais diversificado em função da faixa etária, incluindo muitos idosos. A presença de um público mais vulnerável em eventos culturais exige uma abordagem preventiva e cuidadosa, com foco no atendimento médico básico, bem como na

gestão de multidões (E2, E3, E5, E7). Por sua vez, as atividades desportivas atraem, maioritariamente, um público mais jovem e podem envolver um risco direto para os praticantes, nomeadamente, lesões traumáticas ou paragens cardíacas devido ao esforço físico (E2, E5, E11);

- ao planeamento e estrutura da resposta: as atividades culturais são eventos que, geralmente, envolvem um maior número de pessoas, exigindo uma organização que contemple a gestão de multidões e controlo de acessos, pelo que para eventos de maior escala, o planeamento pode incluir rotas de fuga e disposição de recursos humanos adicionais (E8, E9, E11, E12). Já no que concerne às atividades desportivas, estas requerem um planeamento mais específico para lidar com potenciais traumas físicos, sendo que os eventos desportivos, em particular, os de motorização, requerem a presença de equipamentos especializados, como desfibriladores e a possibilidade de desencarceramento em casos de acidente (E8, E12, E16);
- à necessidade de recursos e equipamentos: as atividades culturais envolvem geralmente um foco maior na mobilização de recursos humanos e na disposição estratégica de socorristas para lidar com um público numeroso e heterogêneo, garantindo a capacidade de resposta a situações de emergência relacionadas com a saúde e o fluxo do público (E9, E11). As atividades desportivas, por seu lado, exigem equipamentos e recursos específicos devido ao maior risco de lesões físicas, como desfibriladores automáticos e, em certos casos, estruturas para resgate em locais de difícil acesso ou onde ocorrem competições de alto risco (E8, E12);
- ao envolvimento das forças de segurança: seja em atividades culturais seja em atividades desportivas, a presença de forças de segurança, como a polícia municipal, é constante para a gestão de trânsito e segurança pública geral. No entanto, a natureza do risco presente em atividades desportivas pode exigir uma resposta mais ativa dos bombeiros, enquanto as atividades culturais exigem um enfoque mais direcionado para a segurança preventiva e assistência ao público (E15, E16).

No gráfico 2, e mediante as respostas dadas referentes às diferenças entre as respostas a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva, criaram-se três categorias: diferença percebida e detalhada; diferença reconhecida, mas não detalhada; e sem diferença significativa. Os resultados revelam que para: 10 dos entrevistados a diferença é percebida e detalhada; quatro dos entrevistados a diferença é reconhecida, mas não é detalhada; dois dos entrevistados não existe uma diferença significativa na resposta a emergências e situações de socorro entre atividades culturais e atividades desportivas.

**Gráfico 2: Resultados referentes às diferenças entre as respostas a uma atividade cultural e a uma atividade desportiva**



### 5.1.3. *Frequência das Ocorrências na Realização de Atividades Culturais e de Atividades Desportivas*

Relativamente à frequência das ocorrências na realização de atividades culturais e desportivas também emergiram, dos discursos dos vários entrevistados, duas categorias: atividades culturais e atividades desportivas.

Assim sendo, na tabela 4 apresenta-se a análise dos resultados obtidos, sendo que no apêndice 3 é possível consultar as respostas de cada entrevistado.

**Tabela 5: Resultados referentes à frequência das ocorrências na realização de atividades culturais e de atividades desportivas**

Subcategoria	Questão	Análise
Atividade cultural	3. Existem muitas ocorrências durante a realização de atividades culturais e desportivas?	<p>E1: Segundo E1, existem muitas ocorrências na realização de atividades culturais, principalmente nas que envolvem a população mais jovem.</p> <p>E2: Para a E2 os eventos culturais são dos que registam mais ocorrências, o que se deve ao seu público jovem: festivais e festas do concelho.</p> <p>E3: A frequência das ocorrências, segundo E3, depende do tipo de atividade e da altura do ano em que se realizam.</p> <p>E4: Para E4, a questão da frequência das ocorrências aquando da realização de atividades culturais e desportivas é relativa, referindo que uma peça de teatro, uma atividade cultural, pode exigir a presença de apenas dois elementos por questões de prevenção, no entanto, aquando da realização do festival da vila, também ele uma atividade cultural, podem ser muitas as ocorrências.</p> <p>E5: E5 refere que as ocorrências no âmbito das atividades culturais são semelhantes, não fazendo referência à sua frequência.</p> <p>E6: Segundo E6 não existem muitas ocorrências aquando da realização de atividades culturais.</p> <p>E7: Segundo E7, não existem muitas ocorrências no âmbito das atividades culturais.</p> <p>E8: E8 não nota diferença na frequência das ocorrências durante a realização de atividades culturais ou desportivas, dando como exemplo a última edição do festival realizado no concelho e o qual mobilizou um grande número de pessoas e as ocorrências não aumentaram. Na sua opinião, o facto destas não terem aumentado pode dever-se à envolvimento e à prevenção feita.</p> <p>E9: E9 refere que nas atividades culturais, nomeadamente, aquando da realização do festival Vila, as ocorrências aumentam devido ao público, que é mais jovem, e que, por</p>

		<p>vezes, comete mais excessos, o que resulta num maior número de ocorrências.</p> <p>E10: Para E10 a frequência das ocorrências depende do tipo de atividades, no entanto, refere que não são muito significativas.</p> <p>E11: Para E11 não existem mais ocorrências nas atividades culturais ou desportivas, pelo que os BVL conseguem responder eficazmente a todas.</p> <p>E12: Para E12 não existem muitas ocorrências no âmbito das atividades culturais e desportivas.</p> <p>E13: Para E13 não existem mais ocorrências aquando da realização de atividades culturais ou desportivas. O que acontece, e que considera extremamente importante, é o facto de agora se registarem todas as ocorrências, registo este que é crucial para se perceber onde é que se falhou e se pode melhorar.</p> <p>E14: Segundo E14, as ocorrências durante a realização de atividades culturais e desportivas não são muitas.</p> <p>E15: E15 não refere que existem mais ocorrências aquando da realização de atividades culturais ou desportivas, o que acontece é que quando estas se realizam, a sua presença é mais solicitada.</p> <p>E16: De acordo com E16, não são muitas as ocorrências durante a realização de atividades culturais e desportivas, mas refere que estas crescem quando existem atividades culturais como o Festival Vila e que estão associadas ao maior consumo de álcool.</p>
Atividade desportiva		<p>E1: Na ótica de E1, o número de ocorrências nas atividades desportivas são muito inferiores às das atividades culturais.</p> <p>E2: Na perspectiva de E2 também existem muitas ocorrências no contexto das atividades desportivas, destacando a existências de várias atividades todos os fins-de-semana.</p> <p>E3: De acordo com E3, nas atividades ao ar livre, por exemplo, podem haver mais emergências médicas.</p> <p>E4: ---</p> <p>E5: E5 dá a entender que existem mais ocorrências nas atividades desportivas, devido às quedas e ao maior</p>

		<p>contacto físico proporcionado pelas mesmas.</p> <p>E6: Para E6 não existem muitas ocorrências durante as atividades desportivas, podendo, eventualmente, ocorrer uma situação.</p> <p>E7: Nas atividades desportivas, como refere E7, a frequência de ocorrências é maior.</p> <p>E8: E8 não nota diferença na frequência das ocorrências durante a realização de atividades culturais ou desportivas, dando como exemplo a última edição do festival realizado no concelho e o qual mobilizou um grande número de pessoas e as ocorrências não aumentaram. Na sua opinião, o facto destas não terem aumentado pode dever-se à envolvência e à prevenção feita.</p> <p>E9: Face às atividades desportivas, E9 salienta que, por exemplo, no evento do Rally de Portugal, apesar dos bombeiros estarem presentes, é o INEM a entidade responsável pela prestação de socorro, nomeadamente, na vertente pré-hospitalar.</p> <p>E10: Para E10 a frequência das ocorrências depende do tipo de atividades, no entanto, refere que não são muito significativas.</p> <p>E11: Para E11 não existem mais ocorrências nas atividades culturais ou desportivas, pelo que os BVL conseguem responder eficazmente a todas.</p> <p>E12: Para E12 não existem muitas ocorrências no âmbito das atividades culturais e desportivas.</p> <p>E13: Para E13 não existem mais ocorrências aquando da realização de atividades culturais ou desportivas. O que acontece, e que considera extremamente importante, é o facto de agora se registarem todas as ocorrências, registo este que é crucial para se perceber onde é que se falhou e se pode melhorar.</p> <p>E14: Segundo E14, as ocorrências durante a realização de atividades culturais e desportivas não são muitas.</p> <p>E15: E15 não refere que existem mais ocorrências aquando da realização de atividades culturais ou desportivas, o que acontece é que quando estas se realizam, a sua presença é mais solicitada.</p>
--	--	---

		E16: De acordo com E16, não são muitas as ocorrências durante a realização de atividades culturais e desportivas, mas refere que estas crescem quando existem atividades culturais como o Festival Vila e que estão associadas ao maior consumo de álcool.
--	--	--

Uma análise aprofundada dos discursos (ver apêndice 3, onde consta a tabela com as respostas dos entrevistados e a respetiva análise) permite inferir que a frequência e a natureza das ocorrências variam em função do tipo de atividade, público e contexto específico dos eventos.

Assim sendo, ao nível da frequência de ocorrências em atividades culturais destacam-se três aspetos:

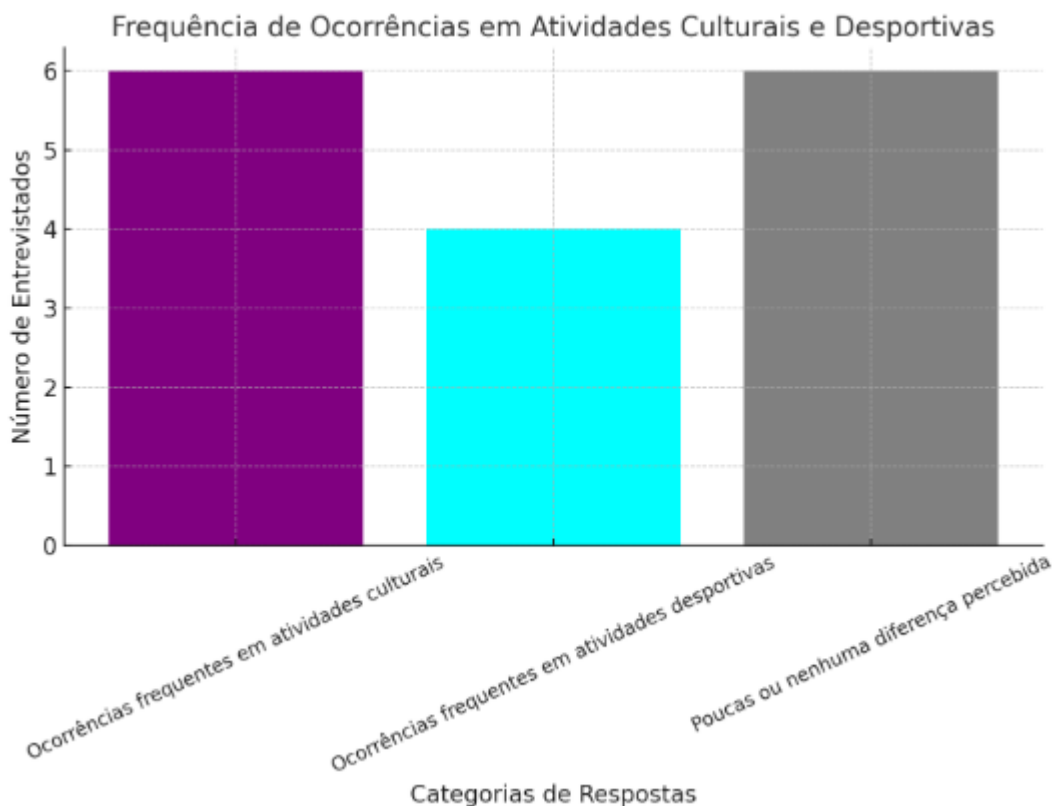
- eventos com público jovem e consumo de álcool: atividades culturais, particularmente festivais e festas locais como o Festival Vila, atraem um público mais jovem e, frequentemente, estão associadas ao excesso de consumo de álcool, o que resulta num maior número de ocorrências e que exigem uma resposta de socorro mais frequente e ativa (E1, E2, E9, E16);
- eventos de grande escala *versus* eventos de menor escala: em relação a eventos culturais de menor escala, como peças de teatro, a frequência de ocorrências é baixa, não exigindo muitos recursos e pessoal para resposta, contudo, em eventos de grande escala, a necessidade de mobilização é maior para atender um público numeroso e prevenir possíveis ocorrências (E4, E8). Na verdade, uma emergência de grande escala, requer a mobilização imediata de recursos como equipas de profissionais, equipamento e materiais de diferentes áreas e instituições. Uma emergência exige uma resposta imediata e uma resposta eficaz é essencial para evitar a escalada da situação de emergência para situações de desastre (UNISDR, 2009);
- variedade na frequência de ocorrências: ainda que vários entrevistados indiquem que, apesar das atividades culturais mobilizarem um grande número de pessoas, as ocorrências não são tão frequentes quanto seria de esperar, sendo que a resposta preventiva, a par da gestão eficiente das multidões contribuem para a contenção dos incidentes (E6, E11, E14).

Já no que concerne às atividades desportivas, a análise do discurso dos entrevistados coloca em evidência três aspetos:

- incidentes menos frequentes, mas de maior gravidade: em atividades desportivas, especialmente as de alto risco como o Rally de Portugal, as ocorrências são menos frequentes, mas os incidentes podem ser mais graves, envolvendo traumas físicos, pelo que estas atividades requerem o apoio de entidades como o INEM para uma resposta mais especializada (E1, E9, E11);
- esforço e contacto físico: atividades desportivas, particularmente aquelas que exigem um maior esforço físico ou contacto físico, como algumas competições, originam um número relativamente alto de ocorrências, geralmente associadas a lesões (E3, E5, E7);
- intervenções eficazes e registo de ocorrências: para ambos os tipos de eventos, a importância de registar todas as ocorrências é destacada, uma vez que facilita a avaliação das necessidades e possibilita ajustes futuros para aumentar a segurança e a efetividade do socorro (E13).

O gráfico 3 representa as perceções dos entrevistados sobre a frequência de ocorrências durante as atividades culturais e desportivas, verificando que seis respostas apontaram para ocorrências frequentes em atividades culturais; quatro respostas salientaram ocorrências frequentes em atividades desportivas; e seis respostas demonstraram que as diferenças são mínimas ou que a frequência de ocorrências é baixa.

**Gráfico 3: Resultados referentes à frequência das ocorrências na realização de atividades culturais e de atividades desportivas**



#### 5.1.4. Medidas de Socorro Efetivo

Em relação à categoria das medidas de socorro efetivo, também emergiram duas subcategorias – atividades culturais e atividades desportivas –, pelo que a análise dos discursos se encontra esplanada na tabela 5, sendo que as respostas dos entrevistados podem ser consultadas no apêndice 4.

**Tabela 6: Resultados referentes às medidas de socorro efetivo**

Subcategoria	Questão	Análise
Atividade cultural	4. Quais as medidas de socorro efetivo da população lousadense, durante as atividades	E1: Sobre as medidas de socorro relativas às atividades culturais, o E1 refere que a presença dos bombeiros foi mais solicitada, nomeadamente, aquando da realização do Festival Vila e das festas do concelho. A sua intervenção para prestar cuidados às pessoas neste tipo de atividades, impediu a solicitação de ambulâncias e, consequentemente, a ida destas para o hospital. E2: No entender de E2, as medidas de socorro efetivo só

	<p>culturais e desportivas?</p>	<p>surgiram e foram implementadas este ano (2024). A E2 realça os resultados positivos destas medidas, desejando que estas continuam a ser implementadas no futuro em festivais e eventos desportivos, na medida em que facilita e contribui para uma maior eficácia do socorro prestado.</p> <p>E3: Na opinião do E3 não existem diferentes medidas de socorro entre atividades culturais e desportivas.</p> <p>E4: E4 refere que as medidas de socorro efetivo nos BVL são as que caracterizam uma prestação de socorro normal, isto é, têm os veículos necessários para responder a uma situação de incêndio, como têm os veículos para fazer o atendimento pré-hospitalar (ABSC – ambulância de socorro).</p> <p>E5: Não distinguindo as medidas de socorro existentes entre as atividades culturais e desportivas, E5 destaca os planos de emergência, os quais são benéficos para facilitar a execução dos meios.</p> <p>E6: Sobre as medidas de socorro efetivo direcionadas para as atividades culturais e desportivas, E6 não forneceu nenhuma em concreto, mas realça a criação do posto de responsável da proteção civil municipal.</p> <p>E7: E7 não menciona as medidas de socorro efetivo existentes, realçando apenas a necessidade de serem implementadas mais medidas que visam a prevenção e o desenvolvimento de estratégias por parte dos bombeiros, bem como das demais entidades competentes.</p> <p>E8: Segundo E8, as medidas de socorro, neste caso, a prevenção, são feitas pela proteção civil e no caso do concelho de Lousada, é feita pelo comando dos bombeiros. É o comando quem concebe o plano de intervenção e prevenção para as atividades de socorro e depois há um reforço do piquete, a quem se transmite a informação do que é para fazer. Pela sua experiência enquanto responsável em algumas situações, E8 destaca a prevenção e a antecipação de possíveis cenários mediante a realização de determinada atividade, visando uma melhor compreensão e preparação do que possa ser necessário para prestar socorro.</p>
--	---------------------------------	---

		<p>E9: De acordo com o testemunho de E9, as medidas de socorro efetivo passam por assegurar a disponibilidade de meios como os carros de incêndio e de desencarceramento, bem como de recursos humanos.</p> <p>E10: Segundo E10, as medidas de socorro efetivo, tanto para atividades culturais, como para atividades desportivas, são os meios de que o quartel dos BVL dispõe, ou seja, os recursos humanos e os recursos físicos disponíveis.</p> <p>E11: Não diferenciando as medidas de socorro para as atividades culturais e dsportivas, E11 destaca as equipas de emergência, a cooperação entre as diferentes forças de segurança como a GNR, a proteção civil e a polícia municipal. Esta entrevistada realça ainda a importância da comunicação, da educação e sensibilização da população para comportamentos seguros.</p> <p>E12: As medidas de socorro para atividades culturais e desportivas, segundo E12, passam por gerir multidões e estar de prontidão para socorrer pessoas em alturas de grande calor.</p> <p>E13: Em termos de medidas de socorro efetivo, E13 destaca o planeamento e a sensibilização. Contudo, refere que esta questão, a das medidas de socorro, está a ser trabalhada e daí a importância dos registos das ocorrências, pois são eles que evidenciam e comprovam as necessidades existentes, as quais têm que srr justificadas perante o poder político.</p> <p>E14: E14 refere que existem medidas de socorro, mas tudo depende dos recursos humanos efetivos, os quais podem ser poucos.</p> <p>E15: E15 refere que quando se realizam atividades culturais ou desportivas e a sua intervenção é necessária, a polícia municipal é avisada, destacando-se os meios humanos e físicos adequados dentro das condições de que dispõem.</p> <p>E16: E16 aponta como principais medidas de socorro efetivo o planeamento e a sensibilização. Este aponta ainda a preocupação para se criarem caminhos de</p>
--	--	---

		<p>emergência para, caso aconteça alguma emergência, e no meio de grandes aglomerações de pessoas, as ambulâncias, os autotanques, os carros de bombeiros conseguem passar e responder de forma mais rápida.</p>
<p>Atividade desportiva</p>		<p>E1: Acerca das medidas de socorro direcionadas para as atividades desportivas, o E1 refere que prestam os serviços mínimos, possivelmente, devido aos custos associados.</p> <p>E2: No entender de E2, as medidas de socorro efetivo só surgiram e foram implementadas este ano (2024). A E2 realça os resultados positivos destas medidas, desejando que estas continuem a ser implementadas no futuro em festivais e eventos desportivos, na medida em que facilita e contribui para uma maior eficácia do socorro prestado.</p> <p>E3: Na opinião do E3 não existem diferentes medidas de socorro entre atividades culturais e desportivas.</p> <p>E4: E4 refere que as medidas de socorro efetivo nos BVL são as que caracterizam uma prestação de socorro normal, isto é, têm os veículos necessários para responder a uma situação de incêndio, como têm os veículos para fazer o atendimento pré-hospitalar (ABSC – ambulância de socorro).</p> <p>E5: Não distinguindo as medidas de socorro existentes entre as atividades culturais e desportivas, E5 destaca os planos de emergência, os quais são benéficos para facilitar a execução dos meios.</p> <p>E6: Sobre as medidas de socorro efetivo direcionadas para as atividades culturais e desportivas, E6 não forneceu nenhuma em concreto, mas realça a criação do posto de responsável da proteção civil municipal.</p> <p>E7: E7 não menciona as medidas de socorro efetivo existentes, realçando apenas a necessidade de serem implementadas mais medidas que visam a prevenção e o desenvolvimento de estratégias por parte dos bombeiros, bem como das demais entidades competentes.</p> <p>E8: Segundo E8, as medidas de socorro, neste caso, a prevenção, são feitas pela proteção civil e no caso do concelho de Lousada, é feita pelo comando dos</p>

		<p>bombeiros. É o comando quem concebe o plano de intervenção e prevenção para as atividades de socorro e depois há um reforço do piquete, a quem se transmite a informação do que é para fazer. Pela sua experiência enquanto responsável em algumas situações, E8 destaca a prevenção e a antecipação de possíveis cenários mediante a realização de determinada atividade, visando uma melhor compreensão e preparação do que possa ser necessário para prestar socorro.</p> <p>E9: De acordo com o testemunho de E9, as medidas de socorro efetivo passam por assegurar a disponibilidade de meios como os carros de incêndio e de desencarceramento, bem como de recursos humanos.</p> <p>E10: Segundo E10, as medidas de socorro efetivo, tanto para atividades culturais, como para atividades desportivas, são os meios de que o quartel dos BVL dispõe, ou seja, os recursos humanos e os recursos físicos disponíveis.</p> <p>E11: Não diferenciando as medidas de socorro para as atividades culturais e dsportivas, E11 destaca as equipas de emergência, a cooperação entre as diferentes forças de segurança como a GNR, a proteção civil e a polícia municipal. Esta entrevistada realça ainda a importância da comunicação, da educação e sensibilização da população para comportamentos seguros.</p> <p>E12: As medidas de socorro para atividades culturais e desportivas, segundo E12, passam por gerir multidões e estar de prontidão para socorrer pessoas em alturas de grande calor.</p> <p>E13: Em termos de medidas de socorro efetivo, E13 destaca o planeamento e a sensibilização. Contudo, refere que esta questão, a das medidas de socorro, está a ser trabalhada e daí a importância dos registos das ocorrências, pois são eles que evidenciam e comprovam as necessidades existentes, as quais têm que srr justificadas perante o poder político.</p> <p>E14: E14 refere que existem medidas de socorro, mas tudo depende dos recursos humanos efetivos, os quais</p>
--	--	--

		<p>podem ser poucos.</p> <p>E15: E15 refere que quando se realizam atividades culturais ou desportivas e a sua intervenção é necessária, a polícia municipal é avisada, destacando-se os meios humanos e físicos adequados dentro das condições de que dispõem.</p> <p>E16: E16 aponta como principais medidas de socorro efetivo o planeamento e a sensibilização. Este aponta ainda a preocupação para se criarem caminhos de emergência para, caso aconteça alguma emergência, e no meio de grandes aglomerações de pessoas, as ambulâncias, os autotanques, os carros de bombeiros conseguirem passar e responder de forma mais rápida.</p>
--	--	---

Analisando-se as respostas dos entrevistados (ver apêndice 4, onde consta a tabela com as respostas dos entrevistados e a respetiva análise), sobressaíram dois aspetos: medidas gerais para atividades culturais e desportivas e necessidades de aperfeiçoamento e recursos adicionais.

Nesta ordem de ideias, em relação às medidas gerais para atividades culturais e desportivas, ficou visível a necessidade de medidas como a(o):

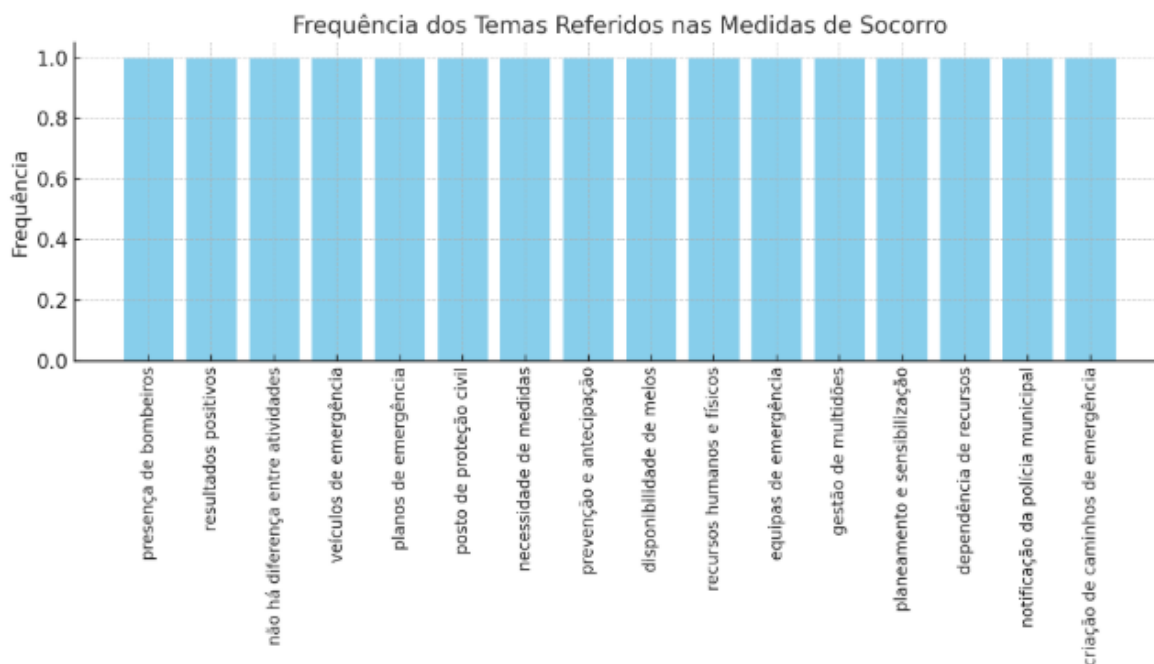
- presença e intervenção dos bombeiros: em eventos de grande dimensão, como o Festival Vila e as festas do concelho, a presença constante dos bombeiros é uma medida essencial, pois permite uma assistência imediata, reduzindo a necessidade de ambulâncias e evitando encaminhamentos para o hospital;
- implementação de planos de emergência: vários entrevistados apontam os planos de emergência como facilitadores importantes na organização e execução de socorro, os quais envolvem a disponibilização de veículos de combate a incêndios e ambulâncias de socorro;
- planeamento e sensibilização: é perceptível a importância do planeamento prévio e da sensibilização da população para reagir corretamente em situações de emergência, a par da comunicação e cooperação entre forças de segurança, como a GNR, a proteção civil e a polícia municipal;
- cooperação entre entidades: a colaboração entre diferentes forças de segurança e proteção civil contribui para medidas mais eficazes de socorro, o

que é particularmente relevante em eventos que requerem a gestão de multidões e o atendimento rápido.

Por outro lado, em relação às necessidades de aperfeiçoamento e recursos adicionais, destacam-se os caminhos e acessos para a emergência (é fundamental garantir caminhos de emergência desobstruídos para que ambulâncias e veículos de socorro possam passar rapidamente, reduzindo o tempo de resposta em emergências), o reforço de recursos humanos (pois, a dependência de um número limitado de bombeiros e recursos físicos dificulta a cobertura plena de eventos e para a população em geral), a prevenção e antecipação de cenários de risco (a prevenção é parte central das medidas de socorro em Lousada, sendo o comando dos bombeiros responsável pelo desenvolvimento de planos de intervenção adaptados a diferentes tipos de atividades e eventos, o que ajuda a antecipar cenários e ajustar e alocar os recursos em função do tipo e escala do evento) e a educação e formação comunitária (promover a educação sobre segurança e socorro à população para reagir de forma a atender emergências é essencial, a par da formação das equipas de socorro, visando fortalecer o suporte em eventos e, concomitantemente, garantir que todos compreendam como colaborar em situações críticas).

Da análise do gráfico 4, fica perceptível que foram referenciadas várias medidas de socorro eficazes, elas são: presença de bombeiros; resultados positivos; não há diferenças entre as atividades; veículos de emergência; planos de emergência; posto de proteção civil; necessidade de medidas; prevenção e antecipação; disponibilidade de meios; recursos humanos e físicos; equipas de emergência; gestão de multidões; planeamento e sensibilização; dependência de recursos; notificação da polícia municipal; criação de caminhos de emergência.

**Gráfico 4: Resultados referentes às medidas de socorro efetivo**



#### 5.1.5. Lacunas e Necessidades de Socorro

Relativamente à categoria das lacunas e necessidades de socorro, identificaram-se duas subcategorias – alacunas e necessidades –, sendo que a análise dos discursos dos entrevistados é apresentada na tabela 6 (as respostas dos entrevistados podem ser consultadas no apêndice 5).

**Tabela 7: Resultados referentes às lacunas e necessidades de socorro**

Subcategoria	Questão	Análise
Lacunas	5. Na sua perspetiva e experiência, consegue identificar lacunas e necessidades ao nível do socorro desta população aquando da realização de	<p>E1: Na opinião de E1 existem lacunas ao nível do socorro no concelho de Lousada, nomeadamente, a falta de meios para prestar socorro.</p> <p>E2: As principais lacunas apontadas por E2 necessidades ao nível do socorro da população de Lousada aquando da realização de atividades culturais e desportivas dizem respeito à inexistência de planos de evacuação e de atuação.</p> <p>E3: Para E3 existem várias lacunas e necessidades, nomeadamente a falta de planeamento das atividades, um plano que define os meios e equipamentos a utilizar e um plano destinado a cada tipo de situação. Refere que, por exemplo, não existe um plano para as Festas da Vila e para acidentes com</p>

	<p>atividades culturais e desportivas?</p>	<p>mutivítimas.</p> <p>E4: E4 identifica as necessidades e lacunas não pelo socorro, mas sim pelo tipo de atividades. Ou seja, na sua perspetiva, aquando da realização de uma atividade cultural como o Festival da Vila, é necessário um planeamento, onde são especificadas rotas de evacuação, destacando a importância e os resultados positivos de ter sido implementada uma sala de comando composta por bombeiros e elementos da proteção civil.</p> <p>E5: Relativamente às lacunas e necessidades de socorro nos dois tipos de atividades, E5 destaca os planos de prevenção.</p> <p>E6: Na ótica de E6, as necessidades e lacunas de socorro em termos de atividades culturais e desportivas, passa por aumentar o número de elementos efetivos.</p> <p>E7: As lacunas e necessidades apontadas por E7 ressaltam um plano de segurança e medidas de socorro, dado que é frequente, na resposta a emergências e situações de socorro, chegarem ao local e não haver entradas e saídas de emergência.</p> <p>E8: Sobre as lacunas e necessidades de socorro, E8 destaca, em primeiro lugar, o facto de não haver uma ocorrência igual a outra, pelo que apesar de toda a formação e teoria, na prática, cada ocorrência é única e existem sempre falhas. Em segundo lugar, E8 destaca o facto dos bombeiros serem agentes de proteção civil, mas nem sempre a sua autoridade, responsabilidade e capacidade de atuação serem reconhecidas, o que dificulta a sua atuação.</p> <p>E9: Em termos de lacunas e necessidades de socorro, E9 refere a necessidade de os bombeiros terem mais equipas, o que significa mais recursos humanos. A par disso, a necessidade de mais recursos humanos também advém do facto de que, aquando da realização de atividades culturais e/ou desportivas, os bombeiros terem que estar disponíveis para dar resposta a outras solicitações de socorro.</p> <p>E10: As lacunas e necessidades de socorro referidas por E10 dizem respeito ao facto de os BVL disporem dos mesmos meios para responder a emergências e situações de socorro aquando da realização de atividades culturais e/ou desportivas e, ao</p>
--	--	---

		<p>mesmo tempo, terem que responder a outras ocorrências da população. Ou seja, ao mobilizarem os meios que têm disponíveis para as atividades culturais e/ou desportivas, desfalcam os meios de resposta para as ocorrências da população lousadense em geral.</p> <p>E11: Entre as lacunas e as necessidades de socorro, E11 enfatiza a formação e o treino para eventos de grande dimensão como o festival Vila eo Rally. A sensibilização da população também é considerada importante, para que as pessoas saibam reagir no caso de acontecer algo grave. Outro aspeto referido é a criação de mais pontos de socorro distribuídos por zonas estratégicas, para facilitar a resposta rápida e o acesso mais fácil à população.</p> <p>E12: E12 destaca a necessidade das pessoas e das organizações responsáveis pela organização de atividades culturais e desportivas em reconhecerem o papel e a competência dos bombeiros.</p> <p>E13: E13 refere, a respeito das atividades desportivas, a falta de equipamentos para a segurança contra incêndios, desde iluminação de emergência e tudo relacionado com a deteção de incêndio. A par disso, está em execução o processo de planeamento de emergência para os pavilhões municipais. Face às atividades culturais, na opinião de E13, ainda há muito para fazer, destacando a importância da comunicação e da existência de um plano de resposta, pois existem atividades que não exigem a presença da proteção civil em permanência, contudo, é importante ter conhecimento da sua existência, da hora e do local em que as mesmas vão decorrer para, no caso de algo acontecer, a proteção civil, os bombeiros, a GNR e a polícia municipal poderem agir. No entanto, apesar de notar uma evolução, E13 reitera que fazem o que podem mediante as condições e os meios de que dispõem, reforçando a falta de recursos humanos.</p> <p>E14: E14 aponta como principal lacuna a carência de recursos humanos, pois sendo poucos e mediante a realização de uma atividade cultural ou desportiva, não se podem mobilizar todos os recursos para essas atividades, pois têm que ter recursos humanos disponíveis para atender a ocorrências fora do</p>
--	--	---

		<p>contexto destas atividades</p> <p>E15: Para o E15 lacunas e necessidades existirão sempre e muitas delas são detetadas aquando da realização de alguma atividade.</p> <p>E16: Sobre as lacunas e necessidades de socorro efetivo, E16 deixa claro que não existem lacunas. Os meios existentes são concebidos para parâmetros de razoabilidade, pelo que quando existem emergências, como grandes incêndios, nenhuma corporação dispõe de todos os meios, sendo necessário solicitar a colaboração de outras corporações.</p>
Necessidades		<p>E1: A grande necessidade, no entender de E1, decorre da lacuna por si mencionada, sendo necessários mais recursos físicos e humanos, pois os BVL são a única corporação existente no concelho.</p> <p>E2: As necessidades na prestação de socorro à população lousadense passa pelo défice de recursos humanos e pela inexistência de um plano de resposta a emergências e socorro organizado e concebido para o evento.</p> <p>E3: Para E3 existem várias lacunas e necessidades, nomeadamente a falta de planeamento das atividades, um plano que define os meios e equipamentos a utilizar e um plano destinado a cada tipo de situação. Refere que, por exemplo, não existe um plano para as Festas da Vila e para acidentes com multivítimas.</p> <p>E4: E4 identifica as necessidades e lacunas não pelo socorro, mas sim pelo tipo de atividades. Ou seja, na sua perspetiva, aquando da realização de uma atividade cultural como o Festival da Vila, é necessário um planeamento, onde são especificadas rotas de evacuação, destacando a importância e os resultados positivos de ter sido implementada uma sala de comando composta por bombeiros e elementos da proteção civil.</p> <p>E5: Relativamente às lacunas e necessidades de socorro nos dois tipos de atividades, E5 destaca os planos de prevenção.</p> <p>E6: Na ótica de E6, as necessidades e lacunas de socorro em termos de atividades culturais e desportivas, passa por aumentar o número de elementos efetivos.</p> <p>E7: As lacunas e necessidades apontadas por E7 ressaltam um</p>

	<p>plano de segurança e medidas de socorro, dado que é frequente, na resposta a emergências e situações de socorro, cheguem ao local e não haver entradas e saídas de emergência.</p> <p>E8: Sobre as lacunas e necessidades de socorro, E8 destaca, em primeiro lugar, o facto de não haver uma ocorrência igual a outra, pelo que apesar de toda a formação e teoria, na prática, cada ocorrência é única e existem sempre falhas. Em segundo lugar, E8 destaca o facto dos bombeiros serem agentes de proteção civil, mas nem sempre a sua autoridade, responsabilidade e capacidade de atuação serem reconhecidas, o que dificulta a sua atuação.</p> <p>E9: Em termos de lacunas e necessidades de socorro, E9 refere a necessidade de os bombeiros terem mais equipas, o que significa mais recursos humanos. A par disso, a necessidade de mais recursos humanos também advém do facto de que, aquando da realização de atividades culturais e/ou desportivas, os bombeiros terem que estar disponíveis para dar resposta a outras solicitações de socorro.</p> <p>E10: As lacunas e necessidades de socorro referidas por E10 dizem respeito ao facto de os BVL disporem dos mesmos meios para responder a emergências e situações de socorro aquando da realização de atividades culturais e/ou desportivas e, ao mesmo tempo, terem que responder a outras ocorrências da população. Ou seja, ao mobilizarem os meios que têm disponíveis para as atividades culturais e/ou desportivas, desfalcam os meios de resposta para as ocorrências da população lousadense em geral.</p> <p>E11: Entre as lacunas e as necessidades de socorro, E11 enfatiza a formação e o treino para eventos de grande dimensão como o festival Vila eo Rally. A sensibilização da população também é considerada importante, para que as pessoas saibam reagir no caso de acontecer algo grave. Outro aspeto referido é a criação de mais pontos de socorro distribuídos por zonas estratégicas, para facilitar a resposta rápida e o acesso mais fácil à população.</p> <p>E12: E12 destaca a necessidade das pessoas e das organizações responsáveis pela organização de atividades</p>
--	--

		<p>culturais e desportivas em reconhecerem o papel e a competência dos bombeiros.</p> <p>E13: E13 refere, a respeito das atividades desportivas, a falta de equipamentos para a segurança contra incêndios, desde iluminação de emergência e tudo relacionado com a deteção de incêndio. A par disso, está em execução o processo de planeamento de emergência para os pavilhões municipais. Face às atividades culturais, na opinião de E13, ainda há muito para fazer, destacando a importância da comunicação e da existência de um plano de resposta, pois existem atividades que não exigem a presença da proteção civil em permanência, contudo, é importante ter conhecimento da sua existência, da hora e do local em que as mesmas vão decorrer para, no caso de algo acontecer, a proteção civil, os bombeiros, a GNR e a polícia municipal poderem agir. No entanto, apesar de notar uma evolução, E13 reitera que fazem o que podem mediante as condições e os meios de que dispõem, reforçando a falta de recursos humanos.</p> <p>E14: E14 aponta como principal lacuna a carência de recursos humanos, pois sendo poucos e mediante a realização de uma atividade cultural ou desportiva, não se podem mobilizar todos os recursos para essas atividades, pois têm que ter recursos humanos disponíveis para atender a ocorrências fora do contexto destas atividades</p> <p>E15: Para o E15 lacunas e necessidades existirão sempre e muitas delas são detetadas aquando da realização de alguma atividade.</p> <p>E16: Sobre as lacunas e necessidades de socorro efetivo, E16 deixa claro que não existem lacunas. Os meios existentes são concebidos para parâmetros de razoabilidade, pelo que quando existem emergências, como grandes incêndios, nenhuma corporação dispõe de todos os meios, sendo necessário solicitar a colaboração de outras corporações.</p>
--	--	---

Analisando-se as respostas referentes às lacunas e necessidades de socorro (ver apêndice 5, onde consta a tabela com as respostas dos entrevistados e a respetiva análise) é possível aferir que as lacunas se subordinam à(ao): falta de recursos, onde a escassez de meios humanos e físicos para resposta em

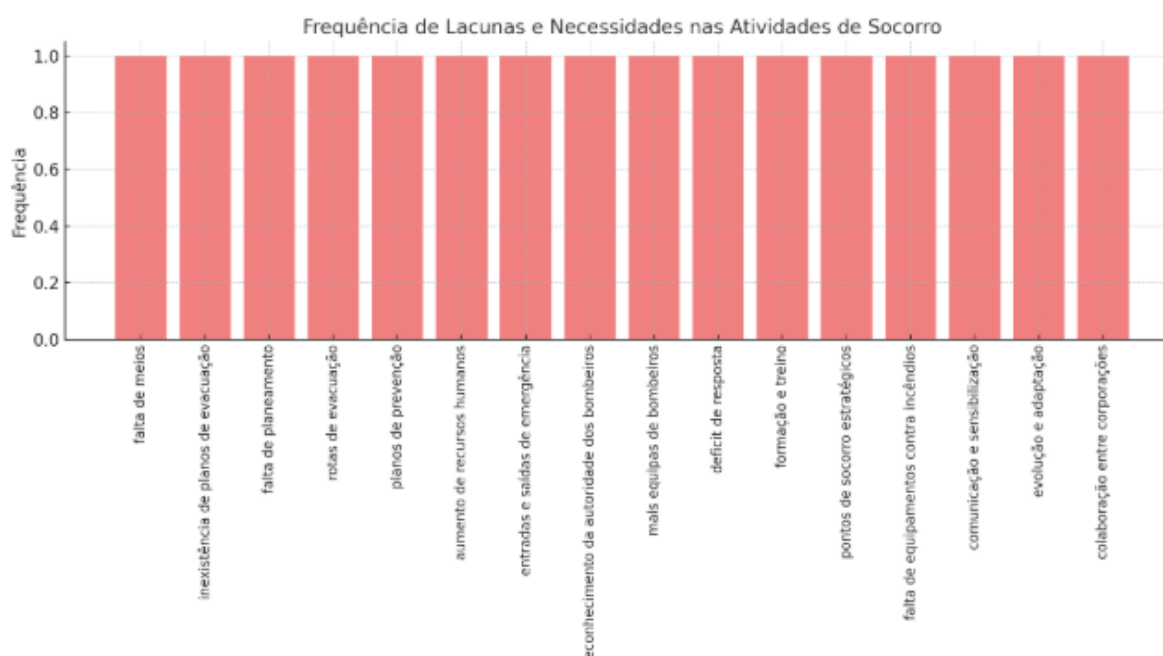
emergências é uma das principais lacunas relacionadas, sendo que esta situação se agrava pelo facto da corporação dos BVL ser a única no concelho, obrigando a prontidão em várias frentes simultâneas; ausência de planos de emergência, pois diversos entrevistados apontam a falta de planos de evacuação e de atuação específicos para eventos, como as Festas da Vila e em casos de acidentes com múltiplas vítimas, a ausência de um protocolo formalizado representa um risco elevado; planeamento insuficiente, verificando-se que a organização dos eventos não contempla planos detalhados de segurança, entradas e saídas de emergência, o que pode dificultar o socorro em caso de necessidade; reconhecimento e coordenação dos bombeiros.

Por outro lado, em relação às necessidades de melhoria, os discursos evidenciam:

- o aumento de recursos humanos e materiais: é visível o consenso, entre os entrevistados, sobre a necessidade de recursos mais eficazes e específicos para situações de emergência, sendo que as atividades culturais e desportivas exigem a mobilização de mais unidades de socorro sem prejudicar o atendimento de outras ocorrências simultâneas;
- os planos de prevenção e formação: sobressai a necessidade de planos de prevenção com formações regulares e específicas para eventos de grande escala, como o Rally e o Festival da Vila, pelo que a inclusão de pontos de socorro em zonas estratégicas pode melhorar o tempo de resposta;
- a sensibilização e educação da população: os testemunhos realçam a importância de se formar e sensibilizar a população para reagir adequadamente perante situações de emergência, por forma a que estas saibam o que fazer em caso de uma ocorrência inesperada;
- o reconhecimento formal da proteção civil: é urgente o reconhecimento formal das responsabilidades dos bombeiros durante eventos, com a presença efetiva de equipas de proteção civil e forças policiais (como a GNR e a polícia municipal), especialmente em grandes eventos, para assegurar o socorro e a segurança.

No gráfico 5, são apresentadas as lacunas e necessidades nas atividades de socorro referidas pelos participantes do estudo, os quais referiram: a falta de meios; inexistência de planos de evacuação; falta de planeamento; rotas de evacuação; planos de prevenção; aumento de recursos humanos; entradas e saídas de emergência; reconhecimento da autoridade dos bombeiros; mais equipas de bombeiros; déficit de respostas; pontos de socorro estratégicos; falta de equipamentos contra incêndios; comunicação e sensibilização; evolução e adaptação; colaboração entre corporações.

**Gráfico 5: Resultados referentes às lacunas e necessidades de socorro**



#### 5.1.6. Soluções para Garantir a Proteção e Segurança da População e dos Bombeiros

Por fim, mas não menos importante, na tabela 7 apresenta-se a análise dos diversos discursos contemplados neste estudo, não tendo surgido subcategorias, uma vez que todos os entrevistados apontaram soluções para assegurar a proteção e a segurança da população e dos bombeiros, sem as diferenciar (as respostas dos entrevistados podem ser consultadas no apêndice 6).

**Tabela 8: Resultados referentes às soluções para garantir a proteção e a segurança da população e dos bombeiros**

Subcategoria	Questão	Análise
Soluções para garantir a proteção e segurança da população nas atividades culturais e desportivas	6. Na sua perspetiva e experiência, quais as soluções que deveriam ser tomadas para garantir uma total proteção e segurança da população	E1: Para o E1, que não diferencia as soluções para garantir a proteção da população e dos bombeiros aquando da sua intervenção em atividades culturais e desportivas, fica perceptível de que, sendo os BVL a única corporação responsável pelo concelho, seriam necessários mais recursos físicos e humanos. Mediante a sua inexistência, quando necessário, os BVL solicitam o apoio de corporações vizinhas.
Proteção e segurança dos bombeiros nas atividades culturais e desportivas	lousadense, bem como dos seus bombeiros, no decorrer de atividades culturais e desportivas realizadas no concelho?	E2: As soluções para assegurar a proteção e segurança da população e dos bombeiros aquando da realização de atividades culturais e desportivas passa por conceber planos de resposta específicos para cada evento e por um incentivo, financeiro, aos voluntários. E3: As soluções apontadas por E3 passam pelo desenvolvimento de planos estratégicos, pela formação da população, em temros preventivos e de informação. E4: Na perspetiva de E4, as soluções para assegurar a proteção e segurança da população e dos bombeiros passam por, em primeiro lugar, perceber o que falhou em eventos anteriores. Depois destaca a importância da existência de uma sala de comando e da avaliação do que falhou anteriormente, para se poder melhorar no futuro. E5: As soluções apontadas por E5 para assegurar a proteção e segurança da população, bem como dos bombeiros, passam pela prevenção ativa, promover a interação e o trabalho conjunto entre diferentes equipas (por exemplo, bombeiros, polícia e elementos do município) e incentivar os jovens para a profissão de bombeiro, por forma a existirem mais recursos humanos e que não sejam maioritariamente voluntários. E6: As soluções para garantir a segurança e proteção tanto dos bombeiros como da população passa por planear a resposta em função das características de cada evento. E7: As soluções para garantir a proteção e segurança da população e dos bombeiros, de acordo com E7, passam pela conceção e implementação de um plano de segurança, por um maior investimento na formação, pelo reconhecimento dos

		<p>locais, do número de pessoas que vão receber.</p> <p>E8: As soluções para garantir a proteção e segurança da população e dos bombeiros, na perspectiva de E8, passa pelo respeito pelos bombeiros, pois são profissionais formados e têm competências para responder a situações de socorro e de emergência. Face à atuação dos bombeiros em atividades culturais como, por exemplo, um festival, que conta com a presença de um número muito grande de pessoas, é necessário criar corredores de emergência, por forma a facilitar a rápida resposta dos bombeiros e não apenas a criação de uma sala em que a proteção civil está presente.</p> <p>E9: Em termos de soluções para assegurar a proteção e segurança da população e dos bombeiros, E9 aponta a criação de um posto médico, equipas destacadas e distribuídas pelos recintos, por forma a possibilitar uma resposta mais rápida e a criação de um hospital de campanha, na medida em que este iria ter profissionais especializados e formados para intervir, diminuindo a sobrecarga dos bombeiros que, muitas vezes, estão responsáveis por um evento cultural ou desportivo e, ao mesmo tempo, por todas as outras ocorrências que surgem fora deste âmbito.</p> <p>E10: Para E10, cada atividade, seja ela cultural ou desportiva, tem que ter um plano de emergência concebido especificamente para a mesma. O mesmo refere que não se trata apenas de alocar meios, mas de constituir equipas compostas por profissionais de diferentes áreas como o sejam os médicos e enfermeiros, para poderem capitalizar os meios de socorro, neste caso, humanos, à população lousadense. E10 defende a existência de hospitais de campanha, onde os profissionais de saúde possam tomar decisões acerca da necessidade de se encaminharem, ou não, pessoas para o hospital, deixando disponíveis recursos humanos e físicos que possam ser necessários para responder a situações de socorro fora do contexto das atividades.</p> <p>E11: Para uma maior proteção e segurança da população e dos bombeiros, E11 ressalta a formação contínua, a sensibilização dos agentes no terreno, melhorar as infraestruturas de acesso ao parque automóvel e as instalações da própria corporação de</p>
--	--	---

		<p>bombeiros. Além destas, E11 acrescenta a conceção de um plano de evacuação mais robusto articulado com exercícios práticos com a população.</p> <p>E12: Para E12, as soluções para assegurar a proteção e segurança dos bombeiros passa por eles perceberem que têm que estar bem, para poderem prestar um socorro. Em relação à população, é necessário investir na prevenção e os organizadores de atividades deste tipo, devem integrar ou solicitar a presença de pessoas com capacidade e conhecimento para garantir a segurança e, ao mesmo tempo, assegurar que a atividade, seja ela qual for, decorra o melhor possível.</p> <p>E13: Como soluções para garantir a segurança da população e dos bombeiros, E13 salienta a abordagem e a promoção de uma cultura de risco, a par da sensibilização do público em geral.</p> <p>E14: Ao nível da proteção e segurança da população e dos bombeiros aquando da realização de atividades culturais ou desportivas, E14 destaca a disponibilização de informação e a sensibilização da população em geral, por forma a saberem agir mediante uma emergência.</p> <p>E15: As soluções apontadas por E15 para garantir a proteção e a segurança da população e dos profissionais da proteção civil, passa por uma maior visibilidade para prevenir situações anómalas e pelo feedback após a intervenção.</p> <p>E16: E16 aponta como soluções para garantir a proteção e segurança da população e dos bombeiros a formação das organizações, das comissões de festas, do movimento associativo, seja em termos de legislação, para cumprirem com os requisitos necessários aquando da realização de eventos, seja para saberem agir mediante uma emergência. Outro aspeto referido por E16 prende-se com a sensibilização das mesmas e da população em geral, para terem uma preocupação com as questões de segurança e terem comportamentos preventivos.</p>
--	--	---

Ao analisarem-se as respostas face às soluções recomendadas para a proteção e segurança da população e dos bombeiros (ver apêndice 6, onde

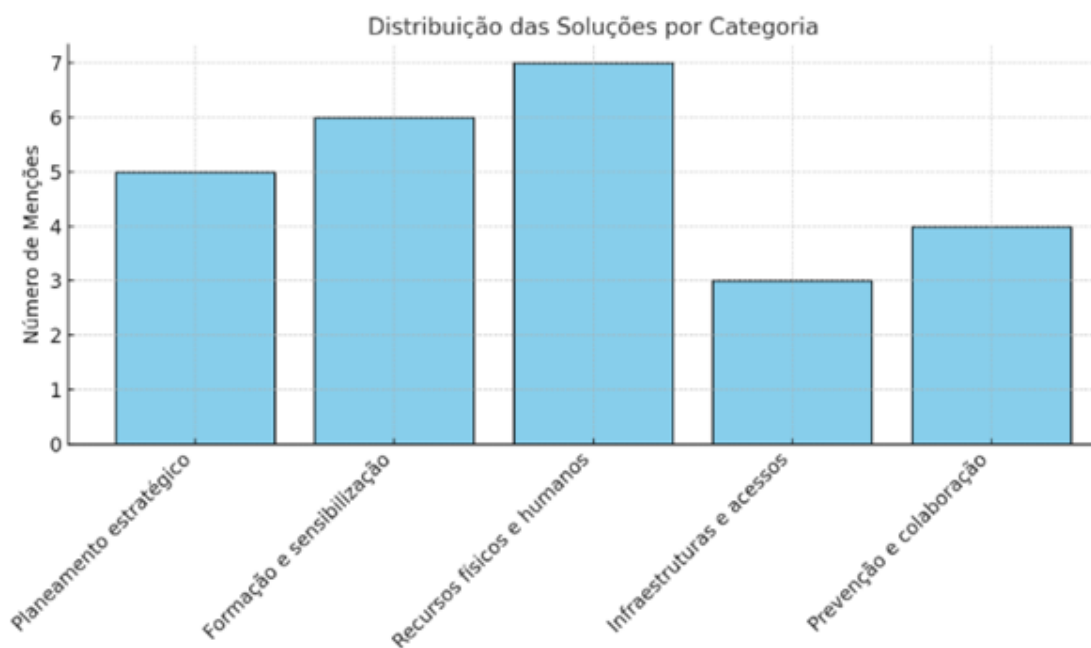
consta a tabela com as respostas dos entrevistados e a respetiva análise) foi possível destacar oito aspetos:

- o aumento de recursos humanos e materiais: vários entrevistados realçam a necessidade de se aumentar o número de bombeiros e os recursos financeiros, uma vez que, aquando da realização de alguns eventos, é necessário solicitar-se o apoio de corporações vizinhas. A este respeito, o incentivo financeiro aos voluntários é sugerido para fortalecer a equipa, bem como uma maior integração de jovens na profissão de bombeiro para garantir uma força de trabalho sustentável;
- o planeamento de emergência específico para cada evento: a conceção e implementação de planos de resposta personalizados para eventos culturais e desportivos é crucial, os quais devem incluir equipas compostas por profissionais especializados, como médicos e enfermeiros, para oferecer um suporte imediato no local e deixar disponíveis os bombeiros para socorrer outras emergências. Segundo a ANEPC (2023a), o planeamento de soluções de emergência é da responsabilidade da Proteção Civil, sendo que o plano de emergência é o “documento que reúne as informações e estabelece os procedimentos que permitem organizar e empregar os recursos humanos e materiais disponíveis, em situação de emergência” (Proteção Civil, 2009, p. 30);
- os postos médicos e hospitais de campanha: a criação de postos médicos e hospitais de campanha em locais estratégicos nos eventos pode oferecer um atendimento primário de qualidade, reduzindo a pressão sobre os bombeiros e agilizando uma resposta célere. Estas medidas facilitam a triagem e permitem que decisões sobre o encaminhamento para hospitais sejam tomadas rapidamente;
- a formação e sensibilização contínuas: os entrevistados realçam a importância da formação contínua para os bombeiros e para outros agentes envolvidos na organização de eventos, onde a preparação para ações de socorro é ampliada por meio de simulações e exercícios de evacuação, que ajudam a população a saber agir em situações de emergência;

- a criação de corredores de emergência: em eventos de grandes dimensões e onde se verifica um grande afluxo de público, é necessária a criação de corredores de emergência, na medida em que estes facilitam a mobilidade das vias de socorro e melhoram o tempo de resposta;
- a melhoria das infraestruturas e acessos: os entrevistados também sublinham as melhorias nas infraestruturas dos locais de eventos e das instalações de apoio aos bombeiros, dado que estruturas robustas para estacionamento de veículos de emergência e instalações adequadas ajudam a responder com eficácia mediante uma emergência ou situação de socorro;
- o incentivo à cultura de prevenção e segurança: a maioria dos entrevistados deixa clara a ideia de que incentivar uma cultura de segurança e de consciência de risco é essencial, nomeadamente, entre os organizadores de eventos e da população, pois ajuda a prevenir situações de perigo, garantindo comportamentos adequados e preparados para emergências. As medidas de prevenção e segurança dos bombeiros são fundamentais, verificando-se que “nos últimos anos, têm sido registados vários acidentes rodoviários com bombeiros, alguns destes com consequências graves para os bombeiros (ferimentos graves ou morte). Só entre 2008 e 2021, temos a lamentar a morte de 16 bombeiros em acidentes de viação (ANEPC, julho de 2021)” (ANEPC, 2021, p. 27);
- o *feedback* e avaliação pós-evento: a análise e o feedback após cada evento ajudam a identificar falhas e a aprimorar as estratégias de resposta.

Tendo em conta o gráfico 6, e por forma a espelhar as respostas dos entrevistados, foram criadas cinco categorias referentes às soluções apresentadas para garantir a proteção e a segurança da população e dos bombeiros: planeamento estratégico (referido por cinco entrevistados); formação e sensibilização (referido por seis entrevistados); recursos físicos e humanos (referido por sete entrevistados); infraestruturas e acessos (referido por três entrevistados); e prevenção e colaboração (referido por quatro entrevistados).

**Gráfico 6: Resultados referentes às soluções para garantir a proteção e a segurança da população e dos bombeiros**



Face aos dados relativos às prevenções, é importante referir que apenas se conseguiu aceder aos dados dos registos das prevenções para as quais os bombeiros foram solicitados nos últimos cinco anos. Assim sendo, no que concerne à estatística das ocorrências apresentadas na tabela 8, é importante referir que se contabilizaram os acontecimentos dos últimos cinco anos (2020-2024) e de acordo com a tabela que se segue, é possível aferir que entre 2020 e 2024, o ano em que ocorreram mais ocorrências e eventos no âmbito das prevenções foi o ano de 2024 (o qual ainda não contempla dados do mês de dezembro), com 85 ocorrências. Uma análise da tabela que se segue, demonstra que desde 2020 até 2024, o número de ocorrências tem vindo a aumentar significativamente.

**Tabela 9: Registos das prevenções**

Meses	Anos em análise				
	2020	2021	2022	2023	2024
Janeiro	9	0	3	3	3
Fevereiro	8	5	4	6	7

<b>Março</b>	1	4	5	5	9
<b>Abril</b>	0	3	5	4	7
<b>Mai</b>	0	4	10	4	3
<b>Junho</b>	2	2	4	2	14
<b>Julho</b>	5	7	8	17	12
<b>Agosto</b>	0	3	7	5	9
<b>Setembro</b>	1	2	3	4	9
<b>Outubro</b>	1	9	4	4	11
<b>Novembro</b>	2	4	7	5	1
<b>Dezembro</b>	1	5	3	6	0
<b>Total</b>	30	48	63	65	85

Em prol dos resultados obtidos, constata-se que as prevenções realizadas tiveram um impacto significativo no funcionamento do corpo de bombeiros, particularmente, ao nível da sobrecarga de recursos humanos e materiais e da organização das operações. Uma análise aprofundada permite destacar:

- Aumento do número de ocorrências entre 2020 e 2024, resultando em 85 eventos em 2024 (exceto dezembro), refletindo uma maior demanda por prevenção e respostas;
- Falta de recursos humanos e materiais, o que é evidenciado por vários entrevistados que sublinham a dependência de bombeiros voluntários, sendo necessária uma eficiência e prontidão durante as prevenções e respostas a emergências paralelas;
- Sobrecarga operacional, pois muitas vezes é necessário alocar equipas e recursos em eventos culturais e desportivos, desfalcando a capacidade para dar resposta a outras emergências na comunidade;
- Planeamento e coordenação insuficientes, pois ainda que se verifiquem esforços ao nível da prevenção, existe falta de um planeamento robusto e protocolos concebidos especificamente para os eventos culturais e desportivos a realizar, o que compromete a eficácia das ações e pode contribuir para o agravamento de situações de emergência.

Nesta ordem de ideias, denota-se a necessidade de se alterar a organização das prevenções, sendo importante mitigar a falta de meios através do aumento do número de bombeiros efetivos e melhorar a infraestrutura, pelo que as propostas podem passar por incentivos financeiros dirigidos aos bombeiros voluntários e pela integração de mais profissionais.

Para se evitar a sobrecarga operacional, considera-se importante dividir responsabilidades com outras corporações e criar equipas específicas para grandes eventos culturais e desportivos. A este respeito, Magalhães, 2012) focou a sua atenção nos eventos desportivos e apontou como fatores de risco os acessos (risco de entrada de pessoas sem permissão e pessoas com material perigoso), a alimentação (riscos como intoxicação alimentar e alcoólica, esta última bastante referida no nosso estudo, principalmente em eventos culturais como festas do concelho e festivais), as comunicações (falha de meios de comunicação e falha de internet), condições climatéricas, equipamento (falta de equipamento ou material), higiene (falta de condições sanitárias), infraestruturas (deficiências nas infraestruturas e falta de infraestruturas para dar resposta às necessidades), plano de emergência, segurança (insegurança e comportamento inadequado do público), *staff* (ausência de pessoal e má prestação de serviço), serviço de assistência médica.

O planeamento pode ser melhorado através do desenvolvimento de planos de emergência concebidos especificamente para cada evento, devendo contemplar uma definição clara de recursos humanos e materiais. Por exemplo, em grandes eventos a gestão de multidões é fundamental, pois existe um risco acrescido, sendo necessário, segundo Cunha (2015, pp. 98-99), “- controlar e limitar (em caso de excesso de lotação) os acessos ao interior do recinto; - realizar a revista aos participantes no sentido de evitar a entrada para o interior do recinto de engenhos perigosos tais como armas, garrafas de vidro ou engenhos pirotécnicos”. Além disso, “uma das medidas que podem ser tomadas para evitar uma grande concentração de pessoas é a de criar um sistema de controlo de acessos para regular o ingresso de participante ao recinto do evento” (Cunha, 2015, p. 98). O estudo destaca ainda a necessidade de existir um responsável

pela segurança do evento, o qual deve elaborar a avaliação de segurança do evento e a existência de um plano de segurança do evento (Cunha, 2015).

Por fim, é igualmente importante investir em formação contínua direcionada para os bombeiros e agentes de proteção civil envolvidos e promover a educação da população para emergências.

Considera-se, pois, que estas sugestões/propostas podem assegurar que o corpo de bombeiros opere de forma eficiente em atividades de prevenção e, concomitantemente, na resposta a emergências do dia-a-dia, assegurando a proteção da população e dos próprios profissionais.

## Capítulo 6 – Conclusão

Este estudo teve como principal finalidade caracterizar as medidas de socorro efetivo da população lousadense durante as atividades culturais e desportivas, cada vez mais frequentes, identificar lacunas e necessidades ao nível do socorro desta população aquando da realização de atividades culturais e desportivas, e criar soluções para garantir uma total proteção e segurança da população lousadense, bem como dos seus bombeiros, no decorrer de atividades culturais e desportivas realizadas no concelho.

Os resultados obtidos permitem concluir que, no que concerne às condições de resposta a emergências e situações de socorro, existem áreas que necessitam de reforço – principalmente em termos de pessoal, equipamentos e coordenação interinstitucional – para garantir a segurança da população e a eficiência do socorro em atividades culturais e desportivas no concelho de Lousada.

Relativamente às diferenças entre as respostas de socorro em atividades culturais e desportivas, conclui-se que as diferenças relatadas refletem a necessidade de uma abordagem personalizada para cada tipo de evento, visando garantir a segurança e o bem-estar do público e dos participantes, assim como dos agentes de socorro.

Em relação à frequência das ocorrências aquando da realização de atividades culturais e desportivas, concluiu-se que, de forma geral, as atividades culturais apresentam um volume de ocorrências mais alto, especialmente em eventos de grandes dimensões e festividades, enquanto as atividades desportivas, embora menos frequentes em ocorrências, exigem uma resposta de maior especialização e equipamentos adequados. Nesta ordem de ideias, destaca-se a necessidade de se conceberem estratégias preventivas personalizadas para cada tipo de evento, visando otimizar o uso de recursos e garantir a segurança de todos os participantes e do público. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de referir a necessidade de existirem mais meios físicos e humanos.

Em matéria de medidas de socorro efetivo, conclui-se que as medidas atuais de socorro incluem uma combinação de presença física dos bombeiros, conjuntamente com outras entidades de segurança e planos de emergência. No entanto, há uma necessidade clara em aumentar o número de recursos humanos e de planeamento, bem como de adaptar as medidas de acordo com o tipo de evento para garantir uma resposta de socorro eficaz e ágil em Lousada.

Já no que diz respeito às lacunas e necessidades, os resultados obtidos permitem concluir e sublinhar a urgência em se desenvolverem e implementarem estratégias de resposta que incluam recursos adequados, formação e cooperação entre as autoridades locais para uma cobertura de socorro abrangente e eficaz em eventos de grande escala no concelho de Lousada.

Por fim, no que concerne às soluções para garantir a segurança e proteção, quer dos bombeiros, quer da população em geral, os resultados permitem concluir que é necessária uma abordagem integrada para reforçar a proteção e segurança durante eventos em Lousada. Desde a alocação de recursos adequados, à criação de corredores de emergência e postos de atendimento no local, até à existência e promoção de uma formação e cultura de prevenção. Estas soluções/medidas visam garantir uma resposta rápida e eficaz mediante situações de emergência e de socorro, promovendo a segurança da população e, concomitantemente, dos bombeiros.

Aqui, é importante salientar que, quanto ao nível de atividades realizadas pelo município ou por outras instituições, não se teve, em tempo útil, a casuística, ou seja, não há registo das atividades que foram realizadas, não se tendo tido acesso aos dados sobre as mesmas, pelo que se reconhece a dificuldade em estabelecer um número real. Interessa também acrescentar que, até ao momento, as prevenções solicitadas não estavam acompanhadas de registos dos assistidos e só em meados do presente ano é que começou a existir um registo desses dados relativamente às prevenções, as quais passaram a incluir os assistidos, os tipos de feridos no que diz respeito à sua gravidade e se existe transporte para a unidade hospitalar.

O estudo realça a necessidade de, em algumas prevenções de maior dimensão, existirem postos de socorro ou postos médicos, locais adequados onde

as vítimas possam ser observadas e avaliadas por profissionais de saúde habilitados. Esta medida irá permitir perceber se existe a necessidade da vítima ser transportada, ou não, para o hospital, por forma a não se sobrecarregarem os hospitais.

A criação de corredores e pontos de encontro em caso de uma situação mais grave é essencial para que a população seja educada a saber reagir em caso de stress e multidão.

Este é um tema de extrema importância e é necessário refletir sobre ele. Como sugestão de trabalhos futuros, poderá ser realizado, a nível sociológico, um estudo sobre como educar a população a reagir em eventos e a prevenir situações extremas no decorrer de atividades com elevado número de pessoas. Entende-se que é igualmente importante dar continuidade ao presente estudo, a médio prazo, já tendo casuística para o efeito, pois com este protocolo de registo, já com dados mais concretos, será mais fácil chegar a conclusões concretas.

Outros estudos podem ser realizados, visando a prevenção e a preparação para que, na hora das emergências e situações de socorro, a população saiba como atuar.

## Referências Bibliográficas

- Agência Lusa (2023). *Grandes terremotos podem dar sinais detetáveis com meses de antecedência*. <https://cnnportugal.iol.pt/sismos/terramoto/grandes-terramotos-podem-dar-sinais-detetaveis-com-meses-de-antecedencia/20231129/6566ddc1d34e65afa2f814c5>
- Agência Lusa (2024a). *Sobe para 83 o número de mortos em inundações no sul do Brasil*. <https://cnnportugal.iol.pt/brasil/inundacoes-no-sul-do-brasil/sobe-para-83-o-numero-de-mortos-em-inundacoes-no-sul-do-brasil/20240506/6638da5fd34e049892207f22>
- Agência Lusa (2024b). *Petroleiro naufraga ao largo das Filipinas e provoca fuga de hidrocarbonetos, mancha de petróleo mais do que triplica*. <https://cnnportugal.iol.pt/filipinas/petroleiro/petroleiro-naufraga-ao-largo-das-filipinas-e-provoca-fuga-de-hidrocarbonetos/20240727/66a4c983d34e94b829038eb9>
- Agência Lusa. (2024c). *Incêndios em Portugal. A situação ao minuto*. [https://www.rtp.pt/noticias/pais/incendios-em-portugal-a-situacao-ao-minuto\\_e1600254](https://www.rtp.pt/noticias/pais/incendios-em-portugal-a-situacao-ao-minuto_e1600254)
- Araújo, S. (2010). *Administração de desastres – Engenharia de Segurança*. Sygma.
- Associação Portuguesa de Certificação. (s.d.). *ISO 45001*. <https://apcergroup.com/pt/certificacao/pesquisa-de-normas/177/iso-45001>
- Australian Institute Disaster Resilience. (2015). *National Emergency Risk Assessment Guidelines*. <https://knowledge.aidr.org.au/media/2030/handbook-10-national-emergency-risk-assessment-guidelines.pdf>
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2021). *Saúde e segurança dos bombeiros*. Direção Nacional de Bombeiros.
- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2023a). *Enquadramento*. <https://prociv.gov.pt/pt/prevencao-e-preparacao/planeamento-de-emergencia/enquadramento/>

- Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. (2023b). *Segurança*. <https://prociv.gov.pt/pt/bombeiros/corpos-de-bombeiros/seguranca/>
- Baird, M. (2010). *The “Phases” of Emergency Management*. Background Paper, Vanderbilt Center for Transportation Research (VECTOR) - University of Memphis.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- BBC News. (2023). *Conflito Israel-Hamas: como massacre em ‘rave brasileira’ se desenrolou Segundo vídeos e posts verificados pela BBC*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72mv5ee8reo>
- Blanchard, B., Canton, L., Ceiak, C., Goss, K., McEntire, D., Newsome, L., Selves, M., Sorchik, E., Stenson, K., Turner III, J., Waugh Jr., W., & West, D. (2007). *Principles of Emergency Management Supplement*. FEMA.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Bombeiros Voluntários de Lousada. (2016). *Missão de um corpo de bombeiros*. <https://www.bvlousada.com/index.php/bombeiros/missao>
- Câmara Municipal de Lousada. (s.d). *História*. <https://www.cm-lousada.pt/pages/657>
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação*. Universidade Aberta.
- Coutinho, C., & Chaves, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 221-243.
- Cunha, A. (2015). *Risco na gestão do público em eventos de acesso livre: gestão de multidões* [Dissertação de Mestrado]. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.
- Decreto-Lei n.º 134/2006 do Ministério da Administração Interna. (2006). Diário da República: I série, n.º 142.
- Decreto-Lei n.º 241/2007 do Ministério da Administração Interna. (2007). Diário da República: I série, n.º 118.
- Decreto-Lei n.º 247/2007 do Ministério da Administração Interna. (2007). Diário da República: I série, n.º 122.

- Decreto Regulamentar n.º 62/94 do Ministério da Administração Interna. (1994).  
Diário da República: I série-B, n.º 253.
- Dykstra, H. (2003). *Toward an International System Model in Emergency Management*. [https://www.speakersacademy.com/wp-content/uploads/2018/06/publication\\_1635.pdf](https://www.speakersacademy.com/wp-content/uploads/2018/06/publication_1635.pdf)
- Estrada Real. (2018). *Lousada*. <https://estradareal.pt/lousada/>
- Federal Emergency Management Agency. (2017). *Federal Emergency Management Agency Incident Management Handbook*.
- Fonseca, C. (2008). Como definir uma população de estudo e como seleccionar uma amostra? In Médicos de Medicina Geral e Familiar (Eds.), *Investigação Passo a Passo – Perguntas e Respostas Essenciais para a Investigação Clínica* (pp. 50-54). Núcleo de Investigação da APMCG.
- Fortin, M. (2003). *O Processo de Investigação – Da Concepção à Realização*. Lusociência.
- Fortin, M. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lusociência.
- Geneall. (s.d). *Lousada (Concelho de)*. <https://geneall.net/pt/mapa/201/lousada/>
- O Globo. (2022). *Chernobyl: O que foi a tragédia de 1986 e por que a invasão na Ucrânia gera riscos?* <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/chernobyl-o-que-foi-tragedia-de-1986-e-por-que-invasao-na-ucrania-gera-riscos.html>
- Haddow, G., Bullock, J., & Coppola, D. (2008). *Introduction to Emergency Management*. Butterworth-Heinemann.
- Instituto Português da Qualidade, & Ministério da Economia e da Inovação. (2017). *NP EN ISO 22300: 2017 – Seguranças das Sociedades – Terminologia (ISO 22300:2012)*.
- International Organization for Standardization. (2017). *ISO/DIS 22320:2017 – Security and Resilience — Emergency Management — Guidelines for Incident Response*.
- Lei n.º 27/2006 da Assembleia da República. (2006). Diário da República: I série, n.º 126.

- Lei n.º 65/2007 da Assembleia da República. (2007). Diário da República: I série, n.º 217.
- Lei n.º 80/2015 da Assembleia da República. (2015). Diário da República: I série, n.º 149.
- Lemos, P., Leite, J., & Nunes, M. (2008). Centro interpretativo da Serra dos Campelos (CASC): resultados de um estudo integrado de avaliação arqueológica. *Oppidum, N.º Especial*, 11-27.
- Magalhães, H. (2012). *A gestão do risco operacional em eventos desportivos. Estudo de caso: Estoril Open* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa.
- Manir, M. (2020). *Coronavírus pode ser só 'ensaio' de uma próxima grande pandemia, diz médico e matemático da USP*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52389645>
- National Fire Protection Association. (2016). *NFPA 1600, Standard on Disaster/Emergency Management and Business Continuity/Continuity of Operations Programs*.
- Paiva, M. (2017). *Sistema de Socorro e emergência: Planos de emergência de Proteção Civil e o papel da sala de operações e gestão de emergências* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Pordata. (s.d). *Censos 2021 por concelho: Evolução 1960-2021. Lousada*. <https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/lousada-1137>
- Portaria n.º 1398/95 do Ministério da Administração Interna. (1995). Diário da República: I série-B, n.º 271.
- Proteção Civil. (2009). *Glossário de Proteção Civil*. [https://protecaocivil.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/01/glossario-31\\_mar\\_09.pdf](https://protecaocivil.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/01/glossario-31_mar_09.pdf)
- Quarantelli, L. (1989). *Emergency. Working Paper #83*. <https://udspace.udel.edu/server/api/core/bitstreams/09e08943-b5c3-4a0d-9670-fd6b4aa48327/content>

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Resolução n.º 30/2015 do Ministério da Administração Interna – Comissão Nacional de Proteção Civil. (2015). Diário da República: II série, n.º 88.
- United Nations International Strategy for Disaster Reduction. (2009). *Terminology on Disaster Risk Reduction*.
- Valente, J. (2018). Gestão da emergência – Conceitos, princípios e normas ISO. *TMQ – Technique Methodologies and Quality, N.º Especial*, 39-61.